



A “Casa Grande”

A sua importância
no concelho de
Alfândega da Fé

Luísa Isabel M. Cortinhas



A “Casa Grande”

A sua importância
no concelho de
Alfândega da Fé

Luísa Isabel M. Cortinhas

Júlio Pereira é o exemplo da burguesia nascente no séc. XIX, primeira metade do séc. XX em Portugal. Nascido numa freguesia rural do concelho de Alfândega da Fé veio para a vila servir numa casa comercial. Daí foi para Angola por volta de 1880, onde de empregado na casa Mendes e Valadas, chegou a proprietário, tendo com esse comércio construído a sua fortuna. Voltou a Alfândega onde construiu a "Casa Grande" bem no centro da vila, fazendo frente aos grandes proprietários de então.

A “Casa Grande” uma casa burguesa

Recentemente, depois de ter passado por outras mãos foi adquirida pela Câmara Municipal, sendo actualmente a sede da autarquia.

Mas a "Casa Grande" não foi só a casa de Júlio Pereira. Ela é também recordada como a casa onde viveu o Dr Manuel Faria e a sua esposa, Mariazinha, filha de Júlio Pereira.

Tendo a construção da casa sido iniciada no ano 1910/1911 anos da implantação da República, (1910- 1926) foi já durante a ditadura do Estado Novo (1928-1974) que nesta Casa viveu o Dr Manuel Faria, que abriu a casa ao povo e teve uma importante actividade cultural e cívica no concelho. Por esse motivo o seu nome é lembrado na Casa da Cultura Mestre José Rodrigues, tendo o seu nome no auditório da mesma (Auditório Manuel Faria).

Assim ao publicar a história desta casa, a autarquia está a contribuir para uma melhor compreensão da história do concelho de Alfândega da Fé, afirmando a sua identidade cultural e a sua ligação ao todo nacional.

Este é pois um contributo para que o passado não seja esquecido e se constitua como um recurso para melhor compreender o presente e o futuro.

Berta Nunes

Presidente da Câmara Municipal de Alfândega da Fé | 25 Outubro 2011

Índice Geral

- 8 Índice de figuras
- 9 Agradecimentos
- 11 Prefácio
- 14 Introdução

- 16 Capítulo I :: Contextualização política, nacional e local da época 1910**
 - 1. Alterações com a Implantação da República
 - 2. A 1ª República em Alfândega da Fé
- 23 Capítulo II :: Procedimentos metodológicos**
 - 1. Processo de inserção social no terreno de estudo
 - 2. Métodos e técnicas de investigação
- 26 Capítulo III :: A “Casa Grande” de Júlio Pereira**
 - 1. A sua construção e tecnologia
 - 2. A família de Júlio Pereira: origens e trajectos
 - a. A relação da população com a “Casa Grande”
- 43 Capítulo IV :: A “Casa Grande” no tempo do Dr. Manuel Faria**
 - 1. As actividades realizadas
 - 2. A sua partida...
- 54 Capítulo V :: A “Casa Grande” depois da família Pereira**

- 59 Conclusão
- 60 Bibliografia

- 62 Anexo I :: Informação sobre os informantes
- 65 Anexo II :: Árvore genealógica da família Júlio Pereira
- 66 Anexo III :: Documento sobre o terreno da “Casa Grande”
- 67 Anexo IV :: Movimentações populares e agitações republicanas no Nordeste (1895-96)
- 68 Anexo V :: Documento sobre alteração do muro
- 69 Anexo VI :: Carta de Dr. Manuel Vicente Faria

Índice de Figuras

Figura	1	Entrada da “Casa Grande”.	Pag. 26
Figura	2	Interior da “Casa Grande” (tectos e janela).	Pag. 27
Figura	3	Casa anterior à “Casa Grande” (1908).	Pag. 28
Figura	4	“Casa Grande”.	Pag. 28
Figura	5	Alfândega da Fé 1950.	Pag. 29
Figura	6	Documento referente à guia de azeite.	Pag. 33
Figura	7	Manuel (filho) junto à moagem...	Pag. 33
Figura	8	Júlio Pereira.	Pag. 35
Figura	9	Leopoldina Cândida.	Pag. 35
Figura	10	Casa Mendes e Valadas (Luanda) fotografia actual.	Pag. 36
Figura	11	Júlio e Leopoldina Pereira no casamento do filho Júlio.	Pag. 38
Figura	12	Manuel, Maria Helena e Luís (netos).	Pag. 39
Figura	13	Luís e Manuel (netos).	Pag. 39
Figura	14	Júlio e Leopoldina Pereira (1950).	Pag. 40
Figura	15	Luís (Luisinho neto).	Pag. 42
Figura	16	Dr. Manuel Vicente Faria.	Pag. 43
Figura	17	Grupo de participantes nas Pupilas do Senhor Reitor (assinalado Dr. Faria).	Pag. 45
Figura	18	Grupo de pessoas que participaram no teatro.	Pag. 46
Figura	19	Melhoramento das fachadas da “Casa Grande”.	Pag. 55
Figura	20	A “Casa Grande” como Pólo Escolar.	Pag. 56
Figura	21	Entrada principal da Câmara Municipal.	Pag. 57
Figura	22	Melhoramentos da estrutura exterior.	Pag. 58

Agradecimentos

Muitas foram as pessoas que contribuíram para a realização e concretização deste trabalho.

Começo por agradecer à presidente da Câmara Municipal de Alfândega da Fé, Prof. Doutora Berta Nunes, pelo convite para realizar o respectivo trabalho de investigação. Tal permitiu-me obter um conhecimento mais aprofundado sobre o tema em questão. Pelas sugestões e correcção, agradeço ao Prof. Fernando Bessa, Prof. Loudres Silva e à Dra. Teresa. Aos amigos Neli André, Armanda Vieira e Rogério Amaral pelo apoio e incentivo.

Um agradecimento também à minha prima “Carminha”, que foi uma excelente ajuda no contacto com as pessoas que cederam as fotografias: Maria do Carmo Trigo, Maria Felicidade Ferreira, Maria da Conceição Trigo e Manuel Cordeiro Pereira (neto de Júlio Pereira).

Por último, pois a eles devo a concretização do trabalho, agradeço a Horácio Pires e filha Maria Eduarda, Manuel Rego, Maria Celeste Ferreira, Maria Júlia Cordeiro e filha Teresa, Armando Almeida, Alcina Leitão e Armando Martins. A eles o meu muito obrigada pela sua colaboração e disponibilidade, tornando possível a realização do presente trabalho.

O meu muito obrigada e sinceros agradecimentos a todos eles.

Luísa Isabel M. Cortinhas



Prefácio

A FAMÍLIA PEREIRA E A "CASA GRANDE"

A Sr.^a Presidente da Câmara, Prof. Dr.^a Berta Nunes, teve a gentileza de me pedir um breve texto que explicasse à pessoa de Alfândega da Fé que se poderiam interessar por tal qual a relação da minha família - a família Pereira - com Alfândega e com a "Casa Grande".

Como em todas as famílias, a vida foi-nos dispersando. Já somos poucos, os Pereiras que viveram Alfândega. O tempo não perdoa...

Minha avó Leopoldina e o meu avô Júlio tiveram 8 filhos, 14 netos e 38 bisnetos - não falo dos trinets (e já há tetranets...) pois esses nunca viveram na Casa Grande. Mas são esses que se quiserem irão passar a memória.

Como neste livro se conta, meu avô Júlio que era natural de Soeima, percebeu que o futuro para ele não existia, abraçou a aventura e embarcou para Luanda - estamos por volta de 1880. Imagino o que terá sido para aquele rapaz de Soeima desembarcar, olhar à volta e perguntar a si mesmo o que haveria de fazer. Posso imaginar que pegou na sua mala, andou ao acaso umas centenas largas de metros, encontrou uma praça grande e aí virou à esquerda. Pois viu uma casa comercial - a Mendes e Valadas - num edifício muito grande, entrou e perguntou se lhe davam papel e lápis para escrever à sua Leopoldina e lhe dizer que tinha chegado com saúde. Ora bem, quando aquele dia acabou já estava empregado naquela casa e poucos anos depois era sócio maioritário. Tinha tempera, espírito. Era da raça dos grandes senhores. Às vezes, quando penso nesta história, espanto-me por ser um neto tão velho daquele rapazito tão novo e tão empreendedor...

Uns anos depois, outro Júlio Pereira voltou a Portugal Continental. Mais forte, seguro de si, com a vida na mão e sobretudo com o dinheiro que o seu imenso trabalho lhe tinha dado. Era inevitável: o vencedor da vida voltou a Alfândega da Fé para se mostrar e em 1908 comprou uma casa em ruínas que pertencia a uma família Távora e que tinha muitíssimo terreno à sua volta. Mandou demolir a ruína e assim nasceu a "Casa Grande".

A "Casa Grande" pertence ao imaginário da nossa família. Era onde passávamos grande parte das férias grandes e tudo aquilo que para nós ela significou - e ainda significa - ainda se encontra guardado num belo local da nossa memória. Faço parte da geração que conheceu e viveu na "Casa de Alfândega" como nós carinhosamente lhe chamamos. Os nossos filhos e netos já não a conheceram mas "sabem" bem a casa de tudo o que ouviram contar.

Os netos do avô Júlio Pereira estiveram em Alfândega e na casa durante meses da sua infância, da sua adolescência e - os mais velhos - da sua vida adulta. Não esquecemos a casa, a moagem, o lagar, a placa, a Cortinha, o Vale do Boi, a Quinta da Pérola. A vila, o empedrado que subíamos ao domingo para ir à igreja, o largo da Câmara ali mesmo ao pé, o campo de futebol, o chiar dos carros de bois, o cheiro do palheiro. E a gastronomia merecia por si só um capítulo à parte.

Parte das nossas vidas está aqui.

O que eu aqui escrevi vem da minha memória pessoal. Às minhas irmãs, às minhas primas e aos meus primos as minhas desculpas se não consegui transmitir bem as memórias deles e que no seu conjunto constituem as da família.

Manuel Cordeiro Pereira



A “Casa Grande”

A sua importância no concelho de Alfândega da Fé

Introdução

O presente trabalho é um estudo sobre a “Casa Grande” da família de Júlio Pereira. A habitação situa-se no concelho de Alfândega da Fé, distrito de Bragança. O trabalho foi solicitado pela actual presidente da Câmara Municipal de Alfândega da Fé, Prof. Doutora Berta Nunes, enquadrando-se na Celebração do I Centenário da República. Isto porque, a habitação sobre a qual incide o estudo foi construída no período em causa e tem como objectivo dar a conhecer às gerações vindouras a importância que a “Casa Grande” e a família Pereira tiveram e, ainda têm, para as pessoas deste concelho.

O edifício sobre o qual incide este trabalho desfrutava de uma grandeza e uma arquitectura que ainda hoje chama a atenção de todos. O seu interior possuía uma tecnologia muito avançada, tendo em conta o ano da construção. Segundo uma das informantes (Maria Júlia Cordeiro) e o documento do anexo 3 supõem-se que, o início da sua construção teve lugar em 1911, finalizando já depois de 1920. Juntamente com a habitação não podemos esquecer os seus proprietários: a família Pereira que, ainda hoje, é recordada com saudade. As pessoas recordam os teatros, contradanças e desfiles de carnaval em que, toda a população participava com muito entusiasmo e alegria. Além do seu uso como local de socialização a “Casa Grande” foi também uma casa agrícola, dando trabalho a muitas pessoas do concelho e fora deste.

Assim, com este trabalho pretende saber-se: que ligação existia entre a população e a “Casa Grande”?

Quais as memórias sobre a família Pereira na população? Que importância tiveram as actividades lúdicas e sociais ali realizadas?

O trabalho está dividido em quatro partes. Numa primeira insere-se o capítulo I, onde é feita uma breve contextualização política, nacional e local da época 1910, com destaque para as alterações que surgiram com a implantação da República e um resumo sobre a 1ª República em Alfândega da Fé. Pretende-se também que o leitor com este capítulo, faça um enquadramento da época e do modo como se situava o país, principalmente Alfândega da Fé, local onde a habitação é construída.

A segunda parte (capítulo II) corresponde aos procedimentos metodológicos. Começarei por descrever como se desenvolveu todo o processo de inserção social no terreno de estudo bem como, algumas das dificuldades que foram decorrendo e de que forma as consegui superar facilitando o acesso à informação. Farei também referência aos métodos e técnicas de investigação utilizados na recolha da mesma.

Na terceira parte (capítulos III, IV e V) será apresentada a maioria dos dados e informação recolhidas no trabalho de campo. Iniciarei esta parte falando da “Casa Grande”, da sua construção e da tecnologia de que esta já dispunha mencionando os compartimentos. De seguida farei uma caracterização da família Pereira mencionando os seus membros e o modo como Júlio Pereira acedeu ao seu património. Neste mesmo capítulo abordarei ainda a relação da população com a “Casa Grande”. No capítulo seguinte (IV) falarei do Dr. Faria, genro de Júlio Pereira e das actividades por ele realizadas. Para finalizar farei uma abordagem à sua partida. No último capítulo desta parte (V) recordarei as várias funções atribuídas à “Casa Grande” depois de ter sido adquirida por outros proprietários, mantendo sempre a sua estrutura interior e exterior inicial.

Por fim, na conclusão farei uma retrospectiva dos resultados alcançados, verificando se estes foram ou não os que inicialmente esperava obter, tendo em conta, o objecto de estudo deste trabalho.

Capítulo I

CONTEXTUALIZAÇÃO POLÍTICA, NACIONAL E LOCAL DA ÉPOCA 1910

Nos finais do século XIX, segundo Oliveira (s/d), a população de todo o País vivia em grande descontentamento e a grande maioria vivia com muitas dificuldades. As classes mais baixas: operários, agricultores e todos os trabalhadores rurais, cada vez estavam mais pobres, e os ricos cada vez mais ricos. Tal deu origem a uma grande revolta e mal-estar social. Em 1876 formou-se um novo partido ao qual chamaram “Partido Republicano”. Mas, o maior incremento deste partido foi em 1880, conseguindo uma sede provisória. E foi nesta sede que surgiu a primeira mulher republicana, “a pioneira da República, mulher, casada e mãe, onze anos antes da revolta de 31 Janeiro e trinta antes da implantação da República, chamava-se... Angelina Vidal” (D’Armada, 2010:21). Na abertura da sede, os republicanos convidaram uma mulher pois iriam assim, atrair mais pessoas. Angelina Vidal era uma senhora com 27 anos, casada com quatro filhos. Era directora de um jornal republicano, Emancipação. Angelina Vidal compareceu no evento, vestida de vermelho e verde, sendo assim a primeira mulher republicana a falar em público. Depois da sua primeira manifestação em público continuou a lutar pela República, pelos direitos das mulheres e pela melhoria das condições de vida dos trabalhadores. Só 26 anos depois é que surge a segunda conferencista republicana a falar em público, em 1906. Os republicanos acreditavam e defendiam que o País não devia ser governado por um rei, mas sim por um presidente eleito pelos portugueses, e que governasse por alguns anos (Oliveira, s/d). Pretendiam que a monarquia fosse substituída pela República.

Depois de criado, o Partido Republicano desencadeou as primeiras manifestações a 14 de Janeiro de 1890, em Lisboa. A 31 de Janeiro de 1891, no Porto, deu-se a revolta armada contra a monarquia. Esta teve a participação e apoio de militares (sargentos, cabos e soldados, que foram os primeiros a sair à rua) e de populares (Valente, 2004:76). As manifestações foram aumentando e no dia 1 de Fevereiro de 1908, em Lisboa, dá-se um atentado contra a Família Real, em que foi morto o Rei D. Carlos e o príncipe herdeiro D. Luís Filipe I. D. Manuel II com apenas 18 anos foi proclamado rei, o qual tentou o apoio de todos os partidos monárquicos.

Assim, e tendo em conta toda esta instabilidade, na madrugada de 4 de Outubro de 1910 teve início a revolução republicana, em Lisboa. O primeiro acto de rebelião teve origem no quartel da Infantaria 16, na madrugada de 4 de Outubro (Valente, 2005:119). Face a este movimento o exército não conseguiu organizar-se de modo a derrotar os revolucionários, conseguindo estes vencer o confronto. Os revolucionários eram pequenos grupos, membros do exército e da marinha (oficiais e sargentos), dirigentes civis e um elevado número de populares.

No dia 5 de Outubro de 1910, José Relvas e outros membros do Partido Republicano Português proclamaram a República na varanda dos Paços do Concelho e diante dos milhares de populares, anunciaram a constituição do Governo Provisório (Valente;2004:133) terminando, assim, a monarquia em Portugal. O rei D. Manuel II e a família real abandonaram o País.

Enquanto não fosse aprovada a nova constituição e eleito o primeiro presidente da República, os republicanos nomearam um governo provisório, presidido pelo Dr. Teófilo Braga. A 28 de Maio de 1911, realizaram-se eleições com o intuito de formar a Assembleia Constituinte em que, a sua função era fazer a nova constituição. Foi em 19 de Agosto de 1911 aprovada a 1ª Constituição Republicana à qual deram o nome de Constituição de 1911 (Oliveira, s/d). O parlamento era constituído por deputados eleitos pela população de 3 em 3 anos. Nem todas as pessoas podiam votar, só portugueses com mais de 21 anos que soubessem ler e escrever ou fossem chefes de família excluindo as mulheres. Carolina Ângelo, “descobrimo uma brecha na lei; como viúva, era chefe de família, pois tinha uma filha a seu cargo. Tinha mais de 21 um anos. Sabia ler e escrever (...)” (D’Armada, 2010:291). Foi a única mulher a votar pela primeira vez em Portugal, a 28 de Maio de 1911. Carolina Ângelo, além de ser a primeira leitora da Europa Ocidental, foi também a primeira médica operadora. Depois desta mulher, a segunda eleitora portuguesa colocou o boletim na urna, 22 anos depois em 1933. Votou-se em igualdade em 12 de Dezembro de 1976 (D’Armada, 2010: 294, 299).

O parlamento tinha como funções: fazer leis, eleger e demitir o Presidente da República. Este, por sua vez, depois de tomar posse podia nomear o Governo (conjunto de ministros). Nesta nomeação é tido em conta o partido que tem maior número de deputados no parlamento. Assim, na Constituição de 1911 o Parlamento era o órgão de soberania mais importante. Foi a 24 de Agosto de 1911 que o Parlamento elegeu o primeiro Presidente da República, o Dr. Manuel de Arriaga.

A República para Serrão e Marques (1991: 700,701) conseguiu o seu triunfo devido a dois mitos: o da Pátria decadente, «à beira do abismo», conduzida pela Monarquia «à ruína e à desonra», e a capacidade do seu renascimento com novas instituições. A República era a «consequência lógica e fatal» da mudança histórica portuguesa caracterizada por instituições e costumes «fundamentalmente democráticos». Baptista (1965:314) considerou a República uma passagem de testemunho em que, os republicanos saudaram com euforia e os monárquicos acataram com mal disfarçado alívio. Serrão (1989:62) acrescenta que a implantação da República podia representar uma ruptura política com o passado, mas jamais se podia entender sem a ligação histórica de quantos colocavam o nome de Portugal acima de todas as contingências de ordem ideológica. A República (Ribeiro, 1998:11) trazia consigo uma esperança relacionada com a eliminação dos privilégios e da corrupção, em paralelo com uma melhoria das condições de vida e com uma partilha mais equilibrada da riqueza.

1. Alterações com a Implantação da República

O governo provisório fez algumas alterações simbólicas, ajudando a implementar o novo regime: a bandeira, mudada de azul e branca para encarnado e verde. O Hino nacional, A Portuguesa (hino já cantado pelos republicanos antes de 1910) substituiu o Hino da Carta. Adopta-se o escudo em vez do real e dá-se a reforma ortográfica simplificando a escrita numa aproximação fonética (Serrão e Marques, 1991:702).

A nova bandeira da República foi levada em cortejo até ao monumento dos Restauradores, onde a içaram por baixo da estátua da Vitória, ouviram-se os sons do Hino Nacional e a espessa multidão não se cansou de vitoriar (Serrão, 1989:62). Assim, a nova bandeira ia ser vermelha e verde tendo, no centro, o escudo português com os castelos e as quinas e sob ele, a esfera armilar da nação, que descobrira novos mundos. O projecto da bandeira foi elaborado por Bordalo Pinheiro (Serrão, 1986:63) mas, a sua confecção deve-se ao trabalho executado pelas mulheres. Fina D'Armada (2010:213) considera, “que confeccionar a bandeira foi o maior acto político, talvez o primeiro, e o acto mais significativo que partiu da participação das mulheres na implantação da República”.

Houve também um empenho em melhorar o ensino a partir de 1911, tanto nas matérias adoptadas como na modernização dos métodos e na insistência do ensino primário (Serrão e Marques, 1991:575). O Governo Republicano começou por fazer reformas no ensino; foi criado o ensino infantil para crianças dos 4 aos 7 anos, ensino primário obrigatório e gratuito para as crianças entre os 7 e os 10 anos, novas escolas do ensino primário e técnico (escolas agrícolas, comerciais e industriais), fundaram “escolas normais” dirigidas a formar professores primários, conceberam as universidades de Lisboa e do Porto (passando o País a ter três universidades: Lisboa, Porto e Coimbra) tendo também atribuído um maior número de “bolsas de estudo” a alunos necessitados (Oliveira, s/d).

Em relação à educação o governo republicano, segundo Oliveira (s/d), pretendia dar instrução primária ao maior número de pessoas possível de modo a diminuir a taxa de analfabetismo. Mas, em 1920 mais de metade da população ainda continuava analfabeta. Os republicanos foram também grandes apoiantes de associações recreativas e culturais, locais de lazer e socialização da população. Passou haver liberdade de expressão podendo abordar-se todos os temas e assuntos, o que impulsionou um grande acréscimo de revistas, almanaques, jornais diários e semanários. No ano de 1917 existiam em Portugal 414 publicações. Preocuparam-se também com os trabalhadores, pretendendo melhorar as condições laborais. Para isso publicaram algumas leis: em 1910 foi estabelecido o direito à " greve", em 1911 fixou-se a obrigatoriedade de um dia de descanso semanal, em 1919 decretou-se as 8 horas de trabalho

diário e 48 horas de trabalho semanal e no mesmo ano passou a ser exigido o seguro social obrigatório contra “azares” no trabalho. Surgidas as primeiras greves, os trabalhadores verificaram que unidos e lutando em conjunto, exerciam mais força na reivindicação dos seus direitos. Durante a Monarquia era legal criar Associação de Classe, mas não Federações de Associação de Classes. Assim, surgiram os sindicatos, associados segundo profissões, geografia e ideologia (Valente, 2004:174), em que o seu objectivo era defender e lutar pelos direitos dos trabalhadores e associados o que, nem sempre foi conseguido.

Segundo Fina D’Armada (2010:75) em 1908 foi fundada a Liga Republicana das Mulheres Portuguesas. Aquando da implantação da República, em 1910, já existiam 500 associadas, foi quando as mulheres começaram a lutar pela igualdade de direitos entre homens e mulheres, mas só muito lentamente é que as mulheres começaram a exercer determinadas profissões o que, até à data não lhes era “admitido”. Pouco a pouco as raparigas conseguem ingressar nas escolas masculinas. Com a instrução que iam adquirindo, “ (...) deu-lhe asas a elas, voando para fora do seu casulo doméstico (...)” (D’Armada, 2010:135). Com a “descoberta do mundo” quiseram então interferir nele, mudando-o e lutando por uma igualdade de género. Antes da implantação da República, apenas as professoras podiam defender ideias novas. Em Bragança destacou-se Maria Ermelinda Ferreira. Tomou posse do seu cargo de professora na freguesia de Babe, em 7 de Janeiro 1895 e foi promovida definitivamente em 1898 passando à segunda classe em 1901. Outra das professoras referidas é Eduarda Ramires, professora de ensino livre em Bragança (D’Armada, 2010:128,129).

2. A 1ª República em Alfândega da Fé

No distrito de Bragança, ao qual pertence Alfândega da Fé, verifica-se um grande mal-estar (Alves, 1992:161) que é visível através das inquietações demonstradas pelas autoridades, bem como pela actuação dos populares. Sente-se uma sufocação forte e indiscriminada, o que provoca uma maior solidez na contestação e tendência para a revolta de largas camadas da população.

Tal como o resto do País, o nordeste transmontano também não escapou às crises económicas e sociais vividas na época (1895-96), surgindo contestações e atitudes de rebeldia contra o poder instituído. Segundo Alves (1992:159) o ideário republicano não se tinha estendido e desenvolvido no nordeste. Mas afirma que, na região, já existiam embriões de centros republicanos designadamente em Mirandela e Alfândega da Fé. Além destes centros existiam personalidades republicanas em vários pontos do distrito de Bragança.

Porque as populações já tinham ouvido falar de República, porque a crise, a fome mesmo, se faziam sentir e porque o universo concentracionário da repressão se adensava, as multidões, quando reprimidas e acoçadas, davam vivas à República e exigiam o fim da Monarquia. Aconteceu assim um pouco por todo o distrito (v. anexo 4) (Alves, 1992:159).

Com o descontentamento das populações as contestações por todo o distrito eram bem visíveis, como verificamos no mapa do anexo 4. As festas, feiras e romarias eram os locais onde ocorria alguma violência e motins contra as forças militares. “Mês de Setembro estalada a violência na romaria da Senhora dos Remédios em Tuizelo, concelho de Vinhais, para onde têm de ser chamados reforços e onde são manifestados públicos desejos da vitória da República sobre a Monarquia, agente da repressão” (Alves, 1992:159). Assim, quando se iniciava a época de festas, feiras e romarias no distrito as forças militares tinham que dobrar o seu estado de alerta.

Em Agosto de 1895 houve um facto que piorou a relação entre as autoridades e o povo. Por decreto de 14 de Agosto 1895 foi extinto o concelho de Alfândega da Fé, originando tumultos com alguma gravidade. Afoitados pelo pároco de Alfândega da Fé e chefiados pelo republicano de Vilarelhos, Joaquim Mendonça, que ia ser o futuro presidente da Comissão Municipal Republicana de Alfândega da Fé, os alfandeguenses reuniram-se na praça pública e dispuseram-se à resistência e à revolta (Alves, 1992:160). Durante essa mesma noite assaltaram o edifício da câmara, destruindo todo o material do seu interior.

As romarias eram locais propícios às contestações. Em Setembro realiza-se uma das maiores romarias da região, o Santo Antão da Barca, na freguesia da Parada do concelho de Alfândega da Fé. É nesta multidão que os ânimos se vão exaltar, originando confrontos entre os populares e as forças militares. Aquando da romaria, os romeiros entram na vila a cantar a Portuguesa e dando vivas à República. Os acontecimentos alastram-se aos outros concelhos dos distritos, continuado até 5 de Outubro de 1910.

No que diz respeito à República em Alfândega da Fé, Vilares (1926:150) na sua Monografia do Concelho de Alfândega da Fé, faz referência a Joaquim Cândido de Mendonça, como sendo um jovem sobre o qual o concelho assentava grandes expectativas. Além disso, é mencionado que o seu grande sonho era a República. Assim, é-lhe atribuída a fundação da primeira Comissão Municipal Republicana no concelho em 1908, quando ele apenas tinha 25 anos (Lopes, 2010). A Comissão foi constituída por Simão Machuca, Artur de Magalhães, Inácio Baptista, Viriato Pessoa, Camilo Correia, Alfredo Morais, João Francisco, António Rego, e António Abreu. O presidente era Joaquim de Mendonça. Mas não lhe foi possível desfrutar da concretização do seu sonho (Lopes, 2007). Sete dias antes da proclamação da República, Joaquim de Mendonça, encontrava-se com os seus trabalhadores, nos armazéns verificando os tonéis para a colheita de vinho que se avizinhava, quando um trabalhador ficou asfiziado nesses tonéis. Joaquim de Mendonça tentou salvar o trabalhador, acabando por falecer também asfiziado.

Foi em 9 de Outubro de 1910 que a República foi proclamada nos Paços Municipais (Livro de actas nº 17). Neste dia o povo de todo o concelho reuniu-se com o intuito de proclamarem a República. Estavam também presentes: a Comissão Municipal e diferentes autoridades. Em todos os discursos se pronunciavam palavras como: ordem e progresso. Foi içada a bandeira da República Portuguesa, tendo sido esta bandeira confeccionada por duas mulheres republicanas Etelvina de Almeida e Ema da Costa Pessoa (D'Armada, 2010:214). O primeiro Presidente da Câmara Municipal, após a Implantação da República, em 1910 foi Simão Machuca.

¹ Mirandela foi uma Vila onde se deram muitos confrontos militares. Como era a Vila mais central da província de Trás-os-Montes, serviu de defesa as terras circunvizinhas, Chaves, Bragança e até Vila Real. (Silva, 2010). Para mais informações consultar a obra referida.

Capítulo II PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Neste capítulo irei abordar como se procedeu a minha preparação para iniciar o respectivo trabalho e falarei da inserção no terreno e como se desenvolveu todo este processo. Outros dos assuntos abordados são os métodos e as técnicas de que me socorri na recolha da informação. Procedimentos metodológicos abordar-se-á dois assuntos: a inserção no terreno e os métodos e técnicas de investigação utilizados na recolha da informação.

Começo por falar como decorreu a preparação, de que forma efectuei todo este processo e do que me socorri, para esta tarefa que se avizinhava. Nesta mesma secção, farei ainda referência às dificuldades que foram surgindo ao longo do trabalho e como as fui superando à medida que convivía com os informantes.

Na última parte deste capítulo farei referência aos métodos e técnicas que utilizei. É no contacto com o terreno que se sente a necessidade de recorrer a diversos métodos que ajudem na recolha da informação pretendida, de modo a que esta seja o mais fiável e útil na elaboração do trabalho, indo assim de encontro aos objectivos pretendidos.

1. Processo de inserção social no terreno de estudo

No trabalho de investigação é necessário adquirir uma base teórica suficientemente forte para que facilite a inserção no terreno. A base teórica permitir-me-ia uma melhor articulação entre os termos utilizados pelos actores e a teoria; “conjuga a linguagem da experiência, de estar e pensar no trabalho de campo, com a linguagem da teoria que permite objectivar e racionalizar o que ocorreu” (Caria, 2003:10). Outros dos contributos para a preparação de inserção foram alguns diálogos (informais) que tive com pessoas que já tinham ouvido falar e convivido algum tempo com a família Pereira e toda a envolvência da “Casa Grande”.

A entrada no terreno ocorreu no dia 23 de Janeiro de 2010. Visto não dedicar tempo inteiro ao trabalho de investigação, as idas ao terreno eram mais frequentes o final da tarde e fim-de-semana. As primeiras deslocações constituíram saídas de cariz essencialmente exploratório, com uma primeira aproximação aos informantes. Na fase inicial do trabalho de campo, o receio e alguma expectativa foram sentimentos para mim tidos como naturais, dada a importância e responsabilidade que um trabalho desta natureza subentende.

O primeiro contacto com as pessoas visava uma aproximação directa e pessoal, com o objectivo de lhes colocar e desenvolver algumas questões que clarificassem e sugerissem uma orientação para o respectivo trabalho. Este contacto seria útil, na medida em que ficaria a saber qual a disponibilidade das pessoas em colaborar no trabalho. Assim, estas questões exploratórias foram fulcrais para que eu comesse a conhecer os informantes-chave e as suas relações com a “Casa Grande”, clarificando a forma como iria iniciar o trabalho.

2. Métodos e técnicas de investigação

Os métodos e técnicas de investigação, por vezes, só se decidem estando em contacto com o terreno pois, só aí temos a noção de quais utilizar, de modo a conseguir obter a informação pretendida. Na recolha de informação recorri a fontes documentais, entrevistas semi-dirigidas e histórias de vida.

A pesquisa bibliográfica e documental decorreu ao longo de todo o trabalho, tornando-se numa trabalhosa tarefa isto porque, pouca ou mesmo nenhuma informação documental existe. Recorri bastante às actas municipais e todos os documentos existentes no arquivo municipal e distrital. Foi uma busca bastante exaustiva e, ao mesmo tempo, frustrante. Os documentos vistos foram muitos no entanto, poucos faziam referência à família de Júlio Pereira, originando um grande desalento no desfecho do referido trabalho. Em colaboração com alguns informantes tentou-se entrar em contacto com alguma pessoa da família

Pereira, com o intuito de conseguir obter alguns dados mais concretos, documentos escritos e fotográficos sobre a família. Mas os contactos existentes foram-se perdendo ao longo dos anos impossibilitando esse objectivo.

As histórias de vida foram o pilar, o grande suporte na conclusão do trabalho; caso contrário, a sua realização nunca seria possível. Foram-me muito úteis porque, os informantes fizeram introspecções das suas vidas e das relações com o objecto de estudo. São essencialmente: as memórias dos sujeitos, a reconstrução dos seus passados, das suas vivências e comportamentos, apoiando-se sempre na memória e depois relatando-a e interpretando-a. Outra das suas virtudes é a oralidade que permite que o investigador chegue junto de grupos sociais menos letrados. O principal arquivo da informação da memória individual e colectiva é a oralidade, o que poderá transformar-se num substituto dos documentos escritos. A diversidade de informação obtida pode gerar uma multiplicidade de histórias que se entrecruzam. Mas foi através das histórias de vida dos informantes (v. anexo 1), das suas introspecções que foi possível concluir o trabalho.

Em relação às entrevistas semi-dirigidas, efectuei 5 entrevistas, (António Rego, Armando Almeida, Maria Celeste Ferreira, Maria Júlia Cordeiro (esteve presente a filha Teresa) e Horácio Pires (esteve presente a filha Maria Eduarda). As entrevistas permitiram um diálogo mais aberto e uma aproximação mais directa com os entrevistados facto que, permitiu, expressarem os seus sentimentos e reviver o seu passado de uma forma natural.

Por último, o diário de campo onde foram registadas todas as notas de campo, considerações pessoais, os meus desassossegos, frustrações e as esperanças. A sua utilização foi diária, servindo-me posteriormente de auxiliar de memória, o que ajudou na elaboração do relatório final.

Capítulo III

A “CASA GRANDE” DE JÚLIO PEREIRA

“Casa Grande” é o nome pelo qual é conhecida a casa de Júlio Pereira. Trata-se de uma casa que apresentava diversas inovações aquando da sua construção.

Figura 1

ENTRADA DA "CASA GRANDE"



Edifício construído em princípios de século XX, com uma tipologia arquitectónica de gosto oitocentista, mas ainda frequentemente utilizada ao longo do século XX. Tipologia commumente adoptada por famílias endinheiradas / burguesia ascendente: grande dimensão, casa urbana, inserida num eixo viário, sem nenhuma preocupação de resguardo ou recato, enobrecimento da entrada principal através da colocação de uma escadaria de acesso e pórtico coberto. Escadaria balaustrada com esferas a rematar. Possui três pisos: o piso térreo acompanha o desnível do terreno, desaparece na fachada principal e recebe, numa das frentes, aberturas de pequena dimensão e noutra frente, janelas e portadas de dimensão idêntica à dos outros pisos. O primeiro piso arranca com um largo friso em cantaria e é ritmado por janelas termais e janelas de recorte intemporal. O piso superior, provavelmente o andar nobre, ao qual corresponderiam possivelmente as divisões nobres da casa destaca-se, quer pela aplicação de guardas / balaustradas a ligar algumas aberturas, quer pela abertura de uma varanda porticada assinalando um dos ângulos do edifício. As janelas adoptam molduras lisas ou ligeiramente arqueadas e ritmam, uma vez mais, este pano. Sobre a varanda porticada ergue-se um torreão rasgado por amplas janelas e cobertura piramidal sob a qual encontramos um estreito friso azulejar. Esta estrutura, que enobrece a casa, recorda a gramática estilística utilizada pela arquitectura brasileira em Portugal. À excepção do piso térreo todos os restantes são caiados a branco.

Figura 2 INTERIOR DA "CASA GRANDE" (TECTOS E JANELAS)



O interior é ricamente decorado com estuques e pinturas, muito comuns nos interiores dos séculos XIX e XX. A aplicação de vidros de cor, designadamente verdes, nalgumas janelas, permite um jogo de cor e luz interessante no interior. Estilisticamente, são também notas da estética brasileira.

Inicialmente começou a ser conhecida como a casa da família Pereira. Tratava-se de uma casa agrícola que empregava muitos trabalhadores. Começou por empregá-los quando se iniciou a sua construção e posteriormente, nas actividades agrícolas. Havia pessoas que trabalhavam durante todo o ano nas diferentes actividades agrícolas. Além desses trabalhadores ainda tinham as “criadas” que cuidavam da casa. Quando passou a ser habitada pela filha Dona Mariazinha e o marido Dr. Faria, além dos criados de lavoura e criadas internas passou também a ser frequentada por pessoas exteriores à casa, crianças que andavam na escola com o seu filho e população em geral. Anos mais tarde, a “Casa Grande” passou para novos proprietários, dando-lhe outras utilidades que serão mencionados no decorrer do trabalho. Actualmente é a Câmara Municipal de Alfândega da Fé.

1. A sua Construção e tecnologia

Figura 3

CASA ANTERIOR À "CASA GRANDE" (1908)



A casa, para a época (1911 a 1920-21), usufruía de uma tecnologia bastante desenvolvida. Supõem-se que a sua construção tenha ocorrido entre 1911 e 1920-21. Na primeira data, é tido em conta o documento do anexo 3 e a segunda, é mencionada com base no testemunho de uma das informantes (Maria Júlia Cordeiro) isto porque, quando ela foi para aí residir com os seus pais, tinha dois anos e a casa estava a ser finalizada. A maioria dos materiais utilizados na construção era importada de vários locais. Aquele mais recordado é a cantaria. Isto, porque foi necessário virem pessoas especializadas para a trabalhar:

Sabe que para fazer aquela casa... aquilo, veja que a parte de baixo em cantaria tipo de cone à superfície foi feita com os Canteiros que vieram de Penafiel. E vieram muita gente nessa altura, vieram, veio muita gente para trabalharem a cantaria, que por aqui não faziam e depois por aqui ficaram e há aqui muita gente, muita gente desse tempo. Familiares pronto, pessoas que andaram a trabalhar já faleceram mas ficaram aqui filhos, ficaram netos, ficaram muitos herdeiros, gente que é desse tempo, desse tempo. Os Canteiros que aqui em Alfândega se conhece, essa família dos Canteiros. Esta casa devia ter sido, esta casa deve ter à volta de noventa, noventa e poucos anos (Armando, 68 anos).

Figura 4

A "CASA GRANDE"



Trabalhadores que acabaram por criar raízes neste concelho, onde casaram, tiveram os seus filhos e viveram com a sua família. Ainda hoje se podem encontrar descendentes desses trabalhadores. Alcina Leitão e Armando Martins recordam que o seu avô, António Lauro Pacheco foi um desses trabalhadores ajudando na construção dos tectos da respectiva casa. A casa tinha dois andares e era constituída por um elevado número de compartimentos: casas de banho, quartos, salas de estar, de jogos, biblioteca e capela, ente outros. O piso térreo era mais

Figura 5 ALFÂNDEGA DA FÉ 1950



utilizado como local de arrumos e existiam: as tulhas (cova ou local de pedra onde era colocada a fruta), talhas (recipientes onde guardavam o fumeiro) e a caldeira de lenha. O Dr. Faria (genro de Júlio Pereira) tinha, nesse piso, o seu escritório: sala que ele reservava para tratar dos seus assuntos pessoais. Também era neste piso que ensaiavam os teatros, danças e contradanças que organizavam. Do primeiro piso faziam parte: 1 escritório, a sala da biblioteca, a sala do piano (onde também jogavam bilhar), a sala de jantar pequena, a sala de jantar grande, a sala de estar, uma despensa, uma cozinha, duas casas de banho e um quarto. No piso superior estavam os 10 quartos: uma capela e duas casas de banho. Além disso, toda habitação possuía aquecimento central, com o recurso de radiadores de água; tinha também água canalizada e luz a qualquer hora do dia, “tecnologia” que outras casas não tinham. A luz era produzida por um gerador “motor”, estando ligado quando necessário. Isto porque, nem sempre, havia luz na vila. Segundo Silva (2003:150) antes de 1958 a energia eléctrica na sede de Concelho era produzida por um motor a gasóleo transportado pela empresa Alfandeguense, de Moncorvo para esta vila. Só em 1958 o fornecimento da energia passou a ser assegurado pela Companhia Hidro-Eléctrica do Norte de Portugal.

Assim, recorriam ao gerador tendo luz, a qualquer hora, dia ou noite. Em relação ao aquecimento tinham uma grande caldeira a lenha, aquecendo água para toda casa, proporcionando o funcionamento dos radiadores e disponibilizando água quente para o resto da habitação. Outra das inovações da casa era o reaproveitamento das águas isto é, quando chovia, a água era canalizada através de caleiras para tanques e posteriormente era utilizada no que fosse necessário, principalmente nas regas:

- Ent *Nas casas de banho já tinha água...*
- Celeste *Tudo, tudo, já tinha tudo. Tinha água nas casas de banho já tínhamos aquecimento, mas era a lenha. Tinha uma caldeira cá em baixo (...).*
- Ent *Mas estava a falar da caldeira...*
- Celeste *Ai, a caldeira (...) E, então, nós tínhamos a caldeira do outro lado ali num cantinho, que aquilo não estava composto como está, ela então trabalhava a lenha, era uma caldeira grande, deitávamos-lhe baga² do lagar, porque eles tinham lagar também, tinham lagar e tinham sempre muita baga e punham-na lá um montão grande de baga, outro de casca que eles colhiam muita amêndoa, e tinham muitas propriedades. (...) Mas o que nos valia no Inverno, a gente lavava. Máquina de lavar é que ainda não tínhamos. Mas os radiadores... a gente pegava nas roupas, queríamos as roupas para mudar o Luizinho, camas e isto, e aquilo, a casa era muito grande tinha radiadores pelo corredor fora não era nas salas. A gente então depois lavava a roupa, quando estava meia escorrida enxugávamo-la nos radiadores. Mas era tudo a lenha. Quando nos faltava em cima o aquecimento, a gente dizia logo ou umas ou outras; “-pronto, a caldeira está sem lenha”. A gente ia lá, uma de nós, já sabíamos bem aquilo havia lá duas pás, deitavam-se duas ou três pazadas de baga, outras duas ou três de casca, outros dois ou três paus, aquilo tornava-se outra vez a pôr quente que eu sei lá, pelo menos no meu tempo foi sempre assim, já tinham tudo isso...*

² A baga é o resíduo da azeitona depois de espremida ou mudada

- Ent *E em relação à água, porque as casas de banho se já tinham canalização, não era?*
- Celeste *Já tinham canalização. Mas a água da rede ainda não havia.*
- Ent *Pois por isso é que...*
- Celeste *(...) E lá ao fundo tinham um poço com um motor, que puxava a água para cima para casa deles, coisa que ainda cá não havia na vila, não havia. E então, esse motor quando nos faltava a água, lá em cima do depósito lá da “casa grande” a gente dava logo por ela, é preciso ir tratar do motor foi-se a baixo ou se, às vezes viesse uma trovoada ou se, às vezes até chovesse de mais ou até um temporal, ou um vento às vezes ia a baixo e então, eles iam e punham aquilo a trabalhar (excerto da entrevista, Celeste, 75 anos).*
- Outra das informantes fez também referência ao reaproveitamento das águas vindas da chuva, na verdade, uma grande inovação:*
- Teresa *(...) Agora em termos de desenvolvimento agrícola, mesmo se vir aquela, aquilo que esta construído lá dentro, mesmo o sistema de irrigação, de aproveitamento de água das chuvas...*
- Maria Júlia *Tudo, por baixo era tudo minado. Por baixo da terra, vinha de cima, daqueles quintais, uma cortinha grande, tudo minado. Tinha valados grandes...*
- Teresa *Poços que ainda lá devem estar.*
- Maria Júlia *Pois os poços...*
- Teresa *E naquela placa está a “Casa Grande” depois tem aquela onde era o ginásio, por baixo era tudo... não como agora está lá dentro mas tinha tudo a correr para dentro dos depósitos de água, que era para regar as hortas que ficavam em baixo.*

- Maria Júlia *A cortinha, porque a cortinha era grande, chegava em baixo ao prado, não é!?*
- Teresa *E outras inovações que ele fez, (sorrisos) não eram normais, não é!*
- Ent *Pois, para a época não.*
- Maria Júlia *Mas isso foi o dono, o Júlio Pereira.*
- Teresa *A casa tinha tudo, tinha luz, tinha aquecimento logo, tinha tudo. O aquecimento tinha umas caldeiras em baixo (excerto de entrevista, Maria Júlia (88 anos) e Teresa (filha)).*

Todo o terreno que circundava a “Casa Grande” e os outros edifícios (lagar de azeite, moagem, lagar do vinho, entre outros) estavam rodeados por um muro. Pode-se confirmar a existência desse muro, na minuta da acta da sessão ordinária celebrada pela Comissão Municipal Administrativa Republicana do Concelho de Alfândega da Fé em 24 de Fevereiro de 1912 (v. anexo 5):

Foi presente, um requerimento de António Francisco Urze, na qualidade de administrador dos bens de Júlio Manuel Pereira, para que a comarca lhe marque o alinhamento de um muro que o referido Júlio Manuel Pereira pretende reconstruir numa propriedade junto ao largo do Prado. A comarca deliberou marcar o alinhamento do referente muro.

No interior do terreno existia um lagar de azeite, de vinho, moagem e outros artefactos que se destinavam às actividades agrícolas. A sua grande predominância era a oliveira e a amendoeira, possuindo ainda outras variedades de produtos mas, em menores quantidades. Referente ao azeite pode apurar-se no livro de Actas nº 17 de correspondência do Município, a 9 de Maio de 1918, que “encontra-se referenciada a passagem de guia de azeite, 50 litros a Júlio Manuel Pereira em que a residência é Lisboa. O azeite é de propriedade do próprio” (v. o documento que se segue).

Figura 6

DOCUMENTO REFERENTE À GUIA DE AZEITE



A moagem era a mais utilizada por pessoas exteriores à casa, vinham de várias aldeias moer o seu cereal, deixando a maquia pela sua utilização, isto é, uma percentagem do produto que era moído.

Figura 7

MANUEL (FILHO) JUNTO À MOAGEM



Moíam o pão para Vilarchão, para os Cerejais, para o Sardão, para muitos lados. O meu marido naquele tempo estava lá, estava lá naquela moagem. E era assim, os sacos vinham naqueles sacos para moer o pão, trigo, centeio, ele faziam um lote e punha todos de Vilarchão e punha lá um papelinho Vilarchão, já sabia que era dali, de Vilarchão. Depois quando vinham de Valverde, lá punha outro lote Valverde e punha aquilo tudo por ordem, tudo por ordem. (Celeste, 75 anos)

Além disso era uma casa que empregava bastantes pessoas, não só criadas internas à casa, como também criados de lavoura. Silva (2003,56) classifica estas casas como as casas dos proprietários. Na estruturação da sociedade considera este grupo social no topo da pirâmide social. Isto porque, “tinham criados (um ou dois), criadas (uma ou duas) e frequentemente

um feitor e uma governante”. O lagar do vinho descreviam-no como sendo muito avançado. Estava preparado para que o vinho viesse directamente para os armazéns, sem que fosse necessário ser transportado pelas pessoas:

- Teresa *Mesmo o tipo de lagares que tinha que funcionava em cima, que depois tinha os pios. O vinho vinha por gravidade.*
- Maria Júlia *Vinha tudo a ter aos armazéns. Tinha os lagares do vinho do lado de cima, faziam-se os pios³, fazia-se lá o vinho mas, vinha tudo a ter aos armazéns.*
- Ent *Mas, mas os lagares, era só para ele ou iam lá pessoas...*
- Maria Júlia *Era só para ele. A moagem é que era para o povo; a moagem é que era para o povo.*
- Maria Júlia *E o lagar de azeite depois até foi mudado de sítio, na casa onde nós estávamos, era o lagar logo, até tinha uma porta para lá.*
- Teresa *O lagar de azeite que ainda existe lá, que é aquela parte última que fica assim no meio. Tá a ver aquele café?*
- Ent *Sim.*
- Teresa *Nessa casa, por baixo ai era o lagar do azeite, o armazém do azeite. A seguir era o do vinho. E depois, tinha aquilo estava tudo junto, agora tem ali uma coisa... que sobe, uma rua não é? Mas antigamente não tinha, era de um lado ao outro, depois a seguir tinha a garagem do carro e a seguir tinha o lagar do azeite e depois a moagem...*
- Maria Júlia *... A moagem. E depois para trás, eram as lojas das crias, tinham bois, tinham machos, tinham muita cria, muita agricultura (excerto de entrevista, Maria Júlia (88anos) e filha Teresa).*

³ Recipiente de grande dimensão onde se pisam as uvas. Em alguns casos as paredes dos pios eram feitas de pedra e noutros casos a sua base era feita em pedra cavada.

Desde a construção da habitação que existiu uma grande empregabilidade. Vinham pessoas de todo o concelho, umas para trabalhar na agricultura, outras recorriam à utilização dos lagares e moagem para moer os cereais e azeite. Além dessa utilidade também serviu de local de socialização, onde se organizavam e ensaiavam as diversas actividades, que serão abordadas mais à frente.

2. A Família de Júlio Pereira: origens e trajectos

Júlio Pereira pertencia à aldeia de Soeima, concelho de Alfândega da Fé. Foi para Angola com a intenção de melhorar a sua vida. Mudou-se de Soeima para Alfândega da Fé, investiu numa casa comercial e casou com Leopoldina Cândida.

Figura 8 e 9

JÚLIO PEREIRA E LEOPOLDINA CÂNDIDA



Figura 10

CASA MENDES E VALADAS (LUANDA) FOTOGRAFIA ACTUAL



Em Angola começou por ser empregado de armazém, numa grande casa comercial de Luanda - Mendes e Valadas no ramo dos materiais de construção. Estes eram grandes fornecedores do governo de Luanda. Depois, foi sócio dessa casa comercial, construindo assim a grande fortuna.

As pessoas que gozaram da sua companhia recordam-no como “uma pessoa relativamente baixa, gordinho. Quando vinha aqui à vila, vestia sempre de fraque. Usava fraque e chapéu de coco, com uma bengalinha e tal... sempre vaidoso” (Horácio, 91 anos). Outros dos informantes descreviam-no da seguinte forma:

Conheci, ainda estava lá de criado e ainda estive, não sei quanto tempo... anos lá, e depois é que ele morreu. Eu via o Pereira um senhor baixote que anda apanhar os pregos. E depois ele; “- é que os pregos amanhã ainda fazem falta, amanhã para qualquer coisa”. Todos os pregos que via por ali adiante, metia tudo ao bolso. E um gajo riquíssimo, não precisava nada (...) (Manuel, 88 anos).

Quase todas as pessoas o caracterizavam da mesma maneira. Para Júlio Pereira qualquer coisa que encontrasse tinha utilidade. Se não fosse naquele momento iria ser noutra ocasião:

Às vezes na rua, tínhamos assim as galinhas, para além, para ao pé onde há aquela cerca. E às vezes encontrava-o que andava por ali a passear já velhinho usava uma bengala e dizia-me assim: “- Olha miúda, toma lá esta pedra, leva-a para casa.” E eu dizia-lhe assim: “- Ó senhor Pereira! Agora vou lá com a pedra para casa! Para que quero lá a pedra em casa? Agora, para que vou com a pedra para casa!?”; “- Para atirares a um cão”. Encontrava um ferrinho ou qualquer coisinha; “-Ó miúda”, nunca me chamava Celeste, pelo nome. “- Ó, pequena leva lá está coisa para casa”. “-Ó senhor Pereira, agora levo lá isto, vou lá agora com isto!”; “- Olha, filha, tudo tem serventia” (Celeste, 75 anos).

Todas as pessoas lhe atribuíam as mesmas características, de um homem “aproveitador”. Como já foi mencionado anteriormente, Júlio Pereira casou com Dona Leopoldina. Do seu casamento teve oito filhos (v. anexo 2): quatro mulheres e quatro homens. Quando foi para Angola já tinha 3 filhos; António Manuel (juiz desembargador), Horácio Manuel (médico), Maria da Conceição (que faleceu no parto da segunda filha); depois, teve ainda mais três filhos, Júlio Manuel (general do exército português, esteve também na NATO), Maria Irene, Maria Leopoldina (Dona Mariazinha), Manuel (médico e também director dos serviços médicos das CRGE – mais tarde EDP – e foi um dos introdutores da medicina do trabalho em Portugal)) e Maria Cecília. Todos os seus filhos concluíram cursos superiores vindo, alguns deles, a ter posições de destaque na nossa sociedade. Horácio Pires, que conviveu com a família menciona a formação de cada filho:

[...] Formou-se em direito [o filho mais velho António], foi governador civil de Leiria e chegou a magistrado, a juiz. (...) Outro a seguir era médico, também médico muito importante em Lisboa, tinha o seu consultório na avenida da Liberdade. Outro, médico. (...) O outro, seguiu o serviço militar, chegou a general. Chegou a ser nosso representante junto da NATO, nos Estados Unidos da América. Portanto, tiveram sempre posições de destaque, todos, toda a família. As senhoras, naquele tempo aprendiam inglês e essas coisas todas e donas de casa e tal, mas nenhuma se formou e nem seguiu carreira, casaram e fizeram a sua vida normal (Horácio, 91 anos).

Figura 11

JÚLIO E LEOPOLDINA PEREIRA NO CASAMENTO DO FILHO JÚLIO (1937)



À medida que os filhos se formaram começaram a organizar as suas vidas. Casavam e construíam a sua própria família. Júlio Pereira via o agregado familiar a aumentar, sentiu necessidade de ter um local onde toda a família se reunisse, construindo assim a “Casa Grande”.

Foi com a sua ida para Luanda que começou a adquirir capital suficiente que lhe permitiu construir o edifício: (...) “como eram muitos filhos para se juntarem todos, tinha que ter uma casa muito grande. Então consegui ter este sonho de construir uma casa grande, boa para ter os filhos e juntar a família” (Horácio, 91 anos). Outro motivo mencionado pelas pessoas foi que com a construção deste nobre edifício conseguia “demonstrar” a grande fortuna que tinha conseguido com o seu trabalho em Angola: “Ele (Júlio Pereira) só queria ter uma casa e depois também, digamos assim...Um bocadinho de vaidade daquilo que uma pessoa tem, que conseguiu singrar a pulso na vida, mostrar aquilo que tinha e então na sua terra montou aqui a sua casa” (Horácio, 91 anos). Brian O’Neill (1984:91) cita Bourdieu dizendo que, “uma família ‘importante’ é identificada, não apenas pela extensão das suas propriedades mas também por um conjunto de sinais entre os quais, o aspecto exterior da sua habitação”.

A habitação foi mais utilizada como casa de férias. Durante algum tempo ainda foi habitada por uma cunhada de Júlio Pereira, Dona Aninhas, que cuidava dos filhos do casal. Isto porque

Júlio Pereira, devido ao trabalho, passava o tempo entre Luanda e Lisboa a transportar materiais. Dona Leopoldina esteve com o marido algum tempo em Luanda. Os filhos já estudavam em Lisboa mas, como Dona Aninhas não se adaptou bem à cidade de Lisboa veio morar para “Casa Grande”, ficando ao cuidado dela a manutenção da casa. Posteriormente, passou a ser habitada por uma das filhas, Maria Leopoldina, conhecida pelas pessoas como dona Mariazinha. Os termos ‘dona, doutor’ e até mesmo o diminutivo dos nomes eram considerados por alguns autores como títulos que diferenciavam os grupos sociais (O’Neill, 1984:107). Sobre a qual falarei no próximo capítulo.

Figura 12 e 13

MANUEL, MARIA HELENA E LUÍS (NETOS) 1957



LUÍS E MANUEL (NETOS) 1957



3. A relação da população com a “Casa Grande”

Quando Júlio Pereira ainda era vivo, a casa era conhecida pela sua grandeza como edifício, pela tecnologia que já detinha e por dar trabalho a muita gente. Júlio Pereira nunca esteve ligado às actividades culturais. Foi célebre como o homem que mandou construir uma habitação que tinha tudo muito avançado para a época, início do séc. XX. Toda a actividade agrícola inerente à casa deu trabalho a muitas pessoas, quer na construção da “Casa Grande”, quer na sua manutenção (criadas de interior, exterior e criados de lavoura):

Figura 14

JÚLIO E LEOPOLDINA PEREIRA (1950)



- Maria Júlia *O Júlio Pereira não teve assim grande actividade... era mais a parte da exploração. Depois criaram as várias coisas, a exploração agrícola ligada à parte da pecuária, criaram, vacas, vendiam leite. Depois tinham a parte da moagem, tinham a parte do lagar de azeite, tinham tudo isso que criaram para ter um rendimento para manter a casa.*
- Ent *Pois, pois, ligado a actividades culturais, ele não? Pois, foi mais o genro.*
- Maria Júlia *Pois, foi mais o genro. Não; actividades culturais não! Só criou, digamos, a base da casa agrícola, a casa de férias e para estar, e a parte como suporte de uma casa agrícola (excerto de entrevista, Horácio Pires e Maria Eduarda (filha)).*

A filha de Júlio Pereira, dona Mariazinha casou e passou habitar na “Casa Grande” com o seu marido, o Dr. Faria. Inicialmente, a casa ainda continuava a ser utilizada como casa de férias pela família. Mas, pela população a casa passou a ser vista de maneira diferente. Além de toda a actividade agrícola e o grande número de empregados, passou também a ser conhecida como um lugar de cultura e de socialização. Aí criaram-se e desenvolveram algumas das actividades que marcaram as pessoas do concelho e que ainda hoje são recordadas com saudade. Além disso, a casa passou a ser mais frequentada pela população, principalmente pelas crianças que andavam na escola com o seu filho:

Aquela casa, era uma casa que para nós miúdos, era, era realmente também uma casa de cultura. Era ali que nós vínhamos da escola e aprendíamos ali andar de bicicleta, trotineta, patins, jogarmos às damas, ao salto de cavalo tudo aquilo, tudo aquilo se aprendia ali em casa. Até bilhar livre, nós com dez anos, já tínhamos, já jogávamos, embora não fosse com as normas, mas já jogávamos bilhar livre, lá na casa que havia, naquela casa havia tudo, havia tudo era uma coisa impressionante. (Armando, 68 anos)

Figura 15

LUÍS (LUISINHO NETO) (1957)



Armando Almeida conviveu muito de perto com a família, recorda os seus tempos de escola e o que viveu naquela casa com os seus colegas:

Todos da escola tínhamos acesso lá, havia uns que eram mais íntimos, eu talvez fosse das pessoas que mais lidava com ele, com o filho [Luisinho]. Mas na verdade, nós todos os da escola vínhamos até ali, que ali era onde a gente se sentia bem, não havia... Ter um pátio com cem ou duzentos metros quadrados, tudo em cimentado, quando aqui as calçadas não eram de paralelos, eram tudo calçamento pronto. E quando, aqui no tempo do frio, a gente... a gente entrávamos lá para dentro da casa e a gente de roda do aquecedor, encostávamos-nos lá, uma casa toda quente, portanto toda aquecida para nós, era realmente, era muito consolador. E depois eles tinham tudo. Nós, inclusivamente já víamos filmes, víamos lá filmes. Eles, o Dr. Faria, ele projectava filmes que fazia com o filho e com os amigos. De maneira que ele... ainda não havia os vídeos mas, já havia 8 milímetros, e tudo ali naquela casa... Depois eram, gente muito boa. Gente muito boa. Todos os que fossem para ali a brincar com o filho e tudo. À hora do lanche do filho todos comiam. Todos comiam igual ao filho. Todos bebiam o sumo igual ao filho, ou o leite, que nós em nossa casa não tínhamos naquela altura (Armando, 68 anos).

Ainda que não muito visível, as pessoas mencionaram essa “mudança”. A casa passou a estar mais “aberta” a pessoas do exterior. O casal (Dr. Faria e dona Mariazinha) ajudava as pessoas mais necessitadas. Abrindo-lhe as portas da sua casa para o que fosse necessário.

Capítulo IV

A "CASA GRANDE" NO TEMPO DO DR. MANUEL FARIA

Uma das filhas de Júlio Pereira, Maria Leopoldina, (dona Mariazinha) enamorou-se por um homem que veio trabalhar para Alfândega da Fé. O Dr. Faria formou-se em Coimbra em 1934. Exerceu funções de notário em Alfândega da Fé, tendo tomado posse no dia 17 de Junho de 1939. Mais tarde, casou com “Mariazinha”. Ficaram a viver na “Casa Grande” durante alguns anos. Do casamento nasceu um filho, Luís:

Só há uma filha, que estava aqui a passar as suas férias também e veio para aqui um senhor, para notário de Alfândega da Fé. Um senhor formado, é claro, em direito e notário. E que conheceram-se e acabaram por casar. E então esses é que estiveram aqui uns anos em Alfândega da Fé. (...) Veio para cá como funcionário público, como notário. Como notário esteve aqui, fazia as suas festas, gostava de conviver. Havia Carnaval, ele arranjava aqui sempre umas coisas, umas contradanças para animar, festas ou coisas. Havia uma altura que havia os cortejos de oferendas, e ele também organizou aqui um cortejo de oferendas (Horácio, 91 anos).

Figura 16

DR. MANUEL VICENTE FARIA



O Dr. Faria foi uma pessoa que se integrou com facilidade na população. Mesmo não sendo uma pessoa da terra, ele conseguiu que as pessoas o “seguissem” em tudo o que fazia. Tanto ele como a sua esposa dona Mariazinha, eram pessoas que se davam com “todos”, principalmente com os trabalhadores:

Durante o ano quando as pessoas queixavam-se (motivos de saúde) à irmã (dona Mariazinha) e dizia:“- quando vier o meu irmão, eu então aviso que há-de vir cá que é para seres consultado.” E depois, eram canalizados para Lisboa, para lá. Lá os canalizava como podia quando precisavam de ser internados ou de outros serviços. De maneira que eram uma gente boa, era uma gente boa (Armando, 68 anos).

Tinham um relacionamento muito próximo da população, ajudando-os em tudo o que estivesse ao seu alcance. Não faziam distinção das pessoas, e tentavam favorecer os mais necessitados:

Ele era portanto, amigo do pessoal, dos trabalhadores e de toda a gente e auxilia-os naquilo que podia. Quando via que tal, se podia levar mais um bocadinho as jeiras, ele levantava e os outros era obrigados a acompanhar não é! [...] Mas de facto ele era amigo de dar e fazia festas, cortejos folclóricos e muitas coisas assim, ele gostava muito de teatro. Ele fazia aqui revistas (Horácio, 91 anos).

Mesmo não sendo um homem da terra, ele vivia os problemas da população como sendo os seus problemas, tendo assim o apoio de todos:

O Dr. Faria à parte dessas críticas, de todo esse movimento era um homem que sentia os problemas da terra e toda a gente gostava dele, principalmente esta gente mais humilde. Viu nele um escape, para dizerem aquilo que sentiam às vezes em certas coisas. Por outro lado, o Dr. Faria, pronto era um homem muito humano, foi um homem que conseguiu uma mobilização muito grande para fazerem oferenda, para fazerem, o hospital e o... (Armando, 68 anos)

A fácil adaptação e o gosto pelo “espectáculo” permitiram-lhe desenvolver grandes actividades lúdicas. Algumas com o intuito de conseguir fundos de beneficência, outras para contestar o poder político e outras, apenas de lazer. Mas quase todas as actividades desenvolvidas tinham um objectivo, um fim específico.

1. As actividades realizadas

A “Casa Grande” passou a ter uma utilidade também a nível cultural e de socialização. Para o Dr. Faria, com a sua fácil adaptação/integração na comunidade de Alfândega da Fé e o gosto que já nutria pelo espectáculo foi-lhe fácil a realização de todas as actividades e a colaboração da população:

Ele já em Coimbra, ele foi estudante em Coimbra, e em Coimbra ele cantava muito bem. Era uma categoria, de maneira que em Coimbra já tinha nome. Aquelas serenatas e aquelas coisas de estudantes. Ele estava sempre em cima da coisa. E depois é que, consta também que já vinha com aquela fama daquela coisa, chegou aqui e tal. Arranjou sempre pessoas que tocavam guitarra, que tocavam violino e tal e andava sempre por ai a cantar ... (Horácio, 91 anos)

Tendo ele essa facilidade e esse gosto pelas festas, teatros, cortejos e todo o género de actividades lúdicas e culturais, foi aproveitando a sua vida em Alfândega para desenvolver actividades que ainda hoje estão presentes na memória das pessoas. Como era uma pessoa com uma grande “abertura”, socorria-se dessas mesmas actividades para reivindicar, lutar contra as injustiças (poder dos ricos exercidos sobre os trabalhadores) e promessas não cumpridas (o que o regime prometia às populações):

Figura 17

GRUPO DE PARTICIPANTES NAS PUPILAS DO SENHOR REITOR (ASSINALADO DR. FARIA)



O senhor Dr. quando as coisas não lhe corriam muito bem, ele arranjava maneira de, pronto, de os ofender um bocadinho (ao regime). Ou em teatros, ou em coisas, arranjava sempre, representou as Pupilas do Senhor Reitor, também foi ele que fez isso, tudo muito bem (Celeste, 75 anos).

As actividades que ele realizava tinham um fim específico, para ajudar (actividade de beneficência), para contestar o poder da época e para divertimento: “Carnaval, ou assim, era diversão, quando havia assim alguma coisa... era sempre para beneficência, ou Santa Casa da Misericórdia, ou Bombeiros ou assim, era sempre para benefício público, era isso que se fazia aqui” (Horácio, 91 anos). A nível de beneficência são recordados os cortejos, que foram fundamentais na construção do hospital e do antigo quartel dos Bombeiros. Silva (2003:71) faz referência a esse cortejo de oferendas que se realizou no dia 8 de Novembro de 1948. Participaram nesse cortejo: a banda de música da Casa do Povo, um rancho folclórico formado por 40 pares em que, cada elemento levava uma bandeira com uma quadra popular referente ao acto e, no meio, uma nota de 50\$00. Seguindo este grupo vinham 30 carros de géneros diversos: cereal, batata, um bidom de azeite, uma pipa de vinho e lenha, ente outros, além da aquisição de material técnico para os mesmos. Nestas actividades foram envolvidas todas as pessoas do concelho, cada uma contribuiu com aquilo que lhe era possível, havendo uma entreatajuda na população:

Figura 18

GRUPO DE PESSOAS QUE PARTICIPARAM NO TEATRO



Organizou através dessas ditas danças, convidou as pessoas, que era muito difícil naquela altura, as pessoas das aldeias deslocarem-se à vila. Havia muita gente, que vivia nas aldeias que não conhecia a vila, havia muita gente que nunca tinha vindo à vila. E então apareceram carros alegóricos, carros enfeitados, com oferendas, cada um dava aquilo que tinha, desde cobertas, umas de lã, outras de renda; outros cerais; outros frutos; outros fumeiros, e tudo isso contribuiu, para que realmente depois através de leilões, faziam dinheiro. Conseguiu também com que muita gente desse uma jeira⁴, duas jeiras, três jeiras para os trabalhos dos bombeiros (Armando, 68 anos).

Na entrevista com Horácio, a sua filha (Maria Eduarda) estava presente e também ela participou em alguns teatros, não resistindo em falar desse tempo:

- Maria Eduarda *Houve vários, fados e guitarradas, como se costuma dizer. E graças a isso houve várias coisas, depois houve a peça as Pupilas, que fizeram para os bombeiros.*
- Horácio *Representou-se aqui uma peça das Pupilas do Senhor Reitor, fez-se o espectáculo aqui em Alfândega e depois ainda fomos para fora, fomos a Mirandela e a outros lados.*
- Ent *Havia alturas especiais para ele realizar essas actividades.*
- Horácio *Em geral mais no verão, havia mais gente em férias e tinha mais interesse não é! E de resto era Carnaval. Às vezes no Natal festas na igreja ou coisa assim, ele também colaborava se fosse preciso. Quando fosse preciso qualquer coisa arranjava também coros e etc. Para auxiliar a igreja.*
- Maria Eduarda *Aproveitava-se a altura que havia mais gente. E aproveitavam-se também o verão porque não havia sala de espectáculos, e as coisas eram praticamente ao ar livre.*
- Horácio *Ao ar livre, um dos espectáculos que se fez, foi lá em baixo no antigo celeiro dos Trigos, onde havia a produção de trigo. [...] Fez-se lá o espectáculo, colocou-se lá um palco umas cadeirinhas e pronto.*

⁴ Jeira é o salário diário, de um trabalhador por cada dia de trabalho.

Maria *E depois quando, foi uma altura que se fez umas variedades, também para arranjar dinheiro para os bombeiros, já se tinha feito uma parte dos bombeiros, a parte para os carros. Ainda estava em toско, ainda estava tudo em bruto. E colocaram-se as cadeiras dentro do sítio destinado aos carros, pronto dentro, e o palco era uma camioneta de carro, tá a ver que não se podiam fazer essas coisas no Inverno. Primeiro até pelas circunstâncias de não ter, de não ter nada onde se estar, onde se fazer um espectáculo (excerto de entrevista, Horácio (91 anos) e Maria Eduarda (filha)).*

Maria Celeste era “criada de interior” isto porque só trabalhava no interior da “Casa Grande”. Viveu muito de perto toda a preparação dos teatros e contradanças, descrevendo o modo como se processava todo o desenlace:

Ent *Olhe, e em relação aos teatros e as contradanças...*

Celeste *Oh, isso era coisa linda, coisa bonita. (risos) Olhe, isso nem quero falar porque o meu marido entrava em todas (ficou com um brilho nos olhos). Nas contradanças todas, entrou numa, a gente, em que gente já andava para se casar. Ele ensaiava em baixo onde era o supermercado do senhor Carlos Araújo. Era aí que ele ensaiava as contradanças. E quando começava a vir o Carnaval, e que não iam lá convidá-lo, ele não andava bem...*

Ent *Mas o senhor Dr. Faria.*

Celeste *Sim o senhor Dr. Faria.*

Ent *Mas então não era ele que tomava a iniciativa de fazer isso?*

Celeste *Tomava, tomava, mas gostava muito que lhe fossem a pedir para ele fazer. Chegavam lá; “-está aí o senhor Dr. Faria, nós queríamos falar com ele”; “ então o que lhe queriam?”; “-queríamos falar com ele, diga ao senhor Dr. que...”*

- Ent *E quem costumava ir falar com ele?*
- Celeste *Olhe que ia falar com ele, há aí muita gente, mas até já morreram muitos, já faleceram. Eram os que lhe chamaram os Vilarelhos, um chamado Manuel outro...*
- Ent *Sim, mas essas pessoas, tinham posses ou eram...*
- Celeste *Pessoas assim humildes, que se gostavam de divertir no Carnaval. E ele então dizia; “-pronto então tal dia venham”. Depois quando lhe iam lá a pedir, ele já não saía da sala do bilhar, já não saía do piano a ensaiar, e isto, e aquilo, já não saía do piano. O meu marido também ainda estava solteiro, participava sempre. Participava muito, a última contradança que ele fez, a última que fez foi a despedir-se da gente de Alfândega. Foi a despedir-se porque já tinha ideia de se ir embora. Já se queria ir embora para Lisboa, e foi tudo a despedir-se. Pronto, foi tudo muito bem, eu ainda me lembro de alguns versos. Ainda me lembro de bastantes, não sei é cantar.*
- Ent *Mas diga alguns que se lembre.*
- Celeste *Olhe, ensaiou uma vez um, porque diziam que a estrada para Sambade não era feita. Que iam fazer uns lavadouros novos para as pessoas humildes irem lavar. E ele então na contradança metia isso tudo; “-lavadouros novos, tudo para Sambade, tudo é saudade.”. E depois; “-uma esmola que veio para os pobres, mas comeram-na os ricos”. Era tudo assim, [risos] era tudo em verso. Depois, quando começou aquela leva de irem para o Brasil ou para Angola e assim, que ia muita gente embora, ele também ensaiou uma contradança. [...] “-para o Brasil ou para Angola, rebola a bola tudo se vai, só quem for trouxa é que cá fica, e eu daqui não saio...”. Assim, muita coisa, metia uns versos, metia outros, metia muita coisa, muita coisa. Quando foi do hospital, que fizeram ali o hospital, foi ele também que ensaiou tudo. Vieram das aldeias... vieram das aldeias com as coisas, era ele que ensaiava. Naquele tempo havia muita gente.*

- Ent *E isso ai, como é que eles faziam, se era para ajudar na construção do hospital, não era? Como é que conseguiam as coisas, como é que...*
- Celeste *Olhe, era o bairro do hospital, era o bairro da portela, cada um ia com o seu bairro com as suas coisas e depois vinham das aldeias. Vinham das aldeias, por exemplo da Parada, do Sardão, de Vilar Chão. Depois; “-lá vai o bairro ninguém contesta, não há ainda festa como esta, festa tão linda, tão linda festa, lá vai o bairro e ninguém contesta, lá vai o bairro que é o rei da festa” (risos).*
- Ent *Mas ele, era para conseguir dinheiro?*
- Celeste *Para conseguir dinheiro e coisas.*
- Ent *E como é que conseguia o dinheiro?*
- Celeste *Olhe, naquele tempo não havia grande dinheiro. Olhe, uns traziam uma carrada com batatas, outros, uma carrada de cereais, outros...*
- Ent *E depois o que era feito a isso.*
- Celeste *Isso? Vendiam e o dinheiro era todo para o hospital. Depois aquilo era tudo vendido, arrematavam essas coisas e depois era tudo vendido para o hospital, para ajuda do hospital. Até lenha traziam, até carradas de bois, bois com lenha, com tudo... (Celeste, 75 anos).*

O que as pessoas mais recordam eram os cortejos de Carnaval e todo o percurso até chegar ao dia do desfile. Os ensaios das contradanças, e toda a pré-preparação: vestuário, danças, músicas, ente outros são relatados pelas pessoas com um grande brilho nos olhos e uma nostalgia daqueles tempos:

Ele tinha, quer dizer, ele era assim. Via [...] conseguia, organizava-se porque, ele tinha, tinha os tais cabanaís, uns armazéns onde essa gente à noite se juntava para tocar. Ensaíavam e faziam daquilo uns serões, faziam daquilo... faziam daquilo uns serões. As fardas... nunca eram fardas caras. As pessoas pediam emprestados lenços antigos ou xailes antigos, depois, com papel faziam flores. Faziam coisas e arranjavam assim os trajés e prontos e bem... bem! E era assim... eles iam para ali, dava formação, ensaiava, cantavam, dançavam e faziam assim as danças que hoje ainda são conhecidas. [...] Ele fazia sempre as críticas, porque anunciavam por exemplo: anunciavam uma estrada para Macedo, aqui por Sambade... E pronto, o poder naquela altura, o poder local, não podia, não havia a CEE, como hoje há, e os dinheiros eram poucos e então era preciso realmente... era preciso... era uma estrada nacional, era preciso que o poder central fizesse essa estrada. Não era... não era aqui a autarquia. Ele quando começou a ver que estava a demorar dizia... veio logo para a rua com a dança: “- estrada para Sambade, lavadouros novos, tudo são saudade”. De maneira que, quer dizer... ele arranjava sempre pretexto para contestar qualquer coisa que... pronto, que se ansiava, ou para pedir, não é? Era uma forma de contestar ou alertar as autoridades que era preciso fazer (Armando, 68 anos).

Alguns desses versos ainda sobrevivem na mente das pessoas:

Coisas... coisas, que havia na vila... inventava cantigas; “- era a praça elite, dos chiques mas está ali aquele casarão, a cair de podridão que lhe estraga a formosura...”. Ele fazia assim versos e essas coisas (Maria Júlia, 88 anos).

Apesar dos anos que já passaram, as pessoas lembram-se ainda de vários versos e toda a envolvimento que ocorria até ao dia da apresentação do evento. Como já foi mencionado, os desfiles de Carnaval são aquelas que mais recordam. Eram também os que envolviam mais pessoas. Todos participavam, apesar das dificuldades daquele tempo. Encaravam a actividade como sendo hora de diversão. Eram instantes de lazer esquecendo, por momentos, os dissabores do quotidiano

2. A sua partida...

Além do notário de Alfândega da Fé exercer ainda funções noutros locais: Lisboa; Chamusca; Barreiro; Torres Vedras; Cascais, Vila Franca de Xira e Oeiras (v. anexo 6).

A sua partida deu-se, devido à família pois pretendia dar uma melhor educação ao filho. Como as melhores escolas estavam em Lisboa partiu então para lá, “abandonando” esta vila aonde ainda hoje, o recordam com alguma saudade:

Bem, o Dr. Faria... o Dr. Faria... Tenho... deixou-me muitas recordações, não a mim, mas a todos os alfandeguenses. Foi um homem que se dedicou, um pouco à cultura desta gente. Aquilo que mais tarde fui conhecendo das revistas... das revistas em Lisboa... das revistas populares... no Parque Mayer e por aí assim... apercebi-me o significado e o interesse do Dr. Faria em... por... por ter gosto... ter gosto pelo teatro, aproveitar essas oportunidades, quer em teatro, quer em danças. No Carnaval e noutras épocas. Para demonstrar que, efectivamente, algo estava errado. Que algumas pessoas... que usufruíam aqui de grandes poderes. E esta gente reunia-se toda em torno do Dr. Faria, para realmente fazerem as suas críticas porque, era só por aí que podiam fazê-las. As várias danças, os versos, aquilo tudo, era tudo grande parte às críticas. Aqui do ambiente social, que naquela altura, era muito... era muito... era medonho aqui... aqui, era o tempo... não era só em Alfândega na época (Armando, 68 anos).

Mas à parte de ter ido viver para Lisboa, por causa da sua família, alguns dos informantes mencionam que não foi apenas esse o motivo. Sendo um homem tão aberto para a época, amigo de todos e um “defensor” das pessoas mais humildes foi criticado por alguns:

- Ent *E na sua opinião porque acha que não foi bem compreendido?*
- Armando *Porque era um homem aberto. Era um homem que, já naquela altura, tinha uma visão democrática. Era um homem sensível. Era um homem que realmente olhava muito os problemas. Era muito humanista... muito humanista e daí não foi compreendido por certas pessoas que ele veio ocupar um espaço... um espaço que depois as pessoas... as pessoas que era por ali que... era ali que se entendiam. Era ali que sentiam amizade e prontos... já não! E outras pessoas, que eu sei que havia poder e que realmente não gostavam muito da maneira de como ele se relacionavam com este tipo de gente [...] (Armando, 68 anos).*

A partida para Lisboa também surgiu por outro factor. Quando Júlio Pereira faleceu houve a partilha dos bens. O património foi então dividido pelos restantes irmãos. A grande maioria das propriedades foi logo vendida ficando, a “Casa Grande” para a dona Mariazinha. Ainda vieram algumas vezes de férias mas depois, com o decorrer do tempo, acabaram por deixar de vir “abandonando” a “Casa Grande”. Foi então que passaram uma procuração aos caseiros (Maria Júlia Cordeiro e Marido) para venderem os bens que restavam, inclusive a “Casa Grande”. A casa foi então comprada pela Sociedade Araújo e Carqueja dando-lhe outras utilidades, sobre as quais irei falar no próximo capítulo.

Hoje em dia Dr. Manuel Vicente Faria é lembrado na Casa da Cultura Mestre José Rodrigues construída em 2004. Quando o Eng. Manuel Cunha era Presidente da Câmara Municipal. Tem o seu nome no auditório deste edifício, da autoria do arquitecto Alcino Soutinho.

Capítulo V

A “CASA GRANDE” DEPOIS DA FAMÍLIA PEREIRA

Com a partilha dos bens, todo o património foi dividido pelos oito herdeiros de Júlio Pereira. Todos eles resolveram vender a parte que lhe tinha sido atribuída por herança. A “Casa Grande” foi herdada pela filha dona Mariazinha que decidiu passados alguns anos, vendê-la. Foi em finais de 1967, inícios do ano seguinte que, um senhor de Alfândega da Fé - Carlos Araújo e o seu sócio Gualdino Carqueja, compraram a “Casa Grande”.

Já na posse de Carlos Araújo e do seu sócio, a “Casa Grande” passou a ter outras utilidades. No rés-do-chão o novo proprietário instalou um supermercado que funcionou até o edifício ser vendido à Câmara Municipal. Aos outros pisos foram-lhes dadas várias utilidades, ao longo dos anos. As divisões dos compartimentos foram-se mantendo, apenas foram feitos ajustes necessários a nova utilização mantendo as fachadas sempre iguais. Nos finais de 1969 início de 1970 foi colégio privado cujo director era o Padre Acácio. Segundo as informações recolhidas funcionou como colégio privado cerca de 8 anos, vindo ainda a ser Ciclo Preparatório mas já assumido pela Câmara Municipal, através de um acordo com as proprietárias do colégio privado. Só com a construção da actual Escola E B 2, 3/S de Alfândega da Fé, em 1981 se deu a transferência para este novo edifício de ensino, deixando, a “Casa Grande” de ser escola. Depois passou a ser Hospital, entre 1983 a Maio de 1986, enquanto decorriam obras no edifício próprio.

Em 2003 a “Casa Grande” mudou de proprietário tendo sido adquirido pela Câmara Municipal. Esta deliberou a compra da “Casa Grande” a 24 de Junho 2002 tendo depois, a Assembleia Municipal deliberado a autorização da compra, em 28 de Junho 2002. A escritura de compra e venda teve lugar em 11 de Abril de 2003. Com a aquisição do edifício pela Câmara Municipal o melhoramento de toda a área que circunscreve a “Casa Grande” foi bem visível. Como podemos verificar nas fotografias que se seguem (figura 7,9 e 10). Com estas imagens pode-se comparar e ver as alterações que houve na “Casa Grande” após a sua aquisição pela Câmara Municipal.

Figura 19

MELHORAMENTOS DAS FACHADAS DA "CASA GRANDE"

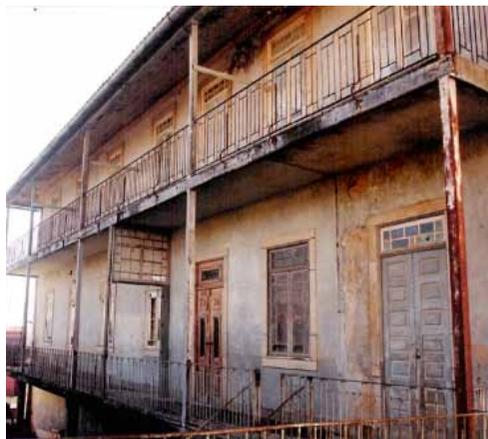


Figura 20

A "CASA GRANDE" COMO POLO ESCOLAR



Na posse da Autarquia começou por ser Pólo Escolar no ano lectivo de 2002/2003, (figura 8) passando a reunir os alunos de todas as freguesias do concelho. É neste local que se concentra todo o ensino primário: do primeiro ano ao quarto ano.

Para o Pólo Escolar funcionar em pleno foram feitos melhoramentos a nível do reboco, pintura, isolamento das janelas e limpeza de todo o edifício. Exteriormente foram incrementadas condições para a prática de desportos das crianças e jovens bem como, das suas diversões. Deixou de ser Pólo Escolar quando o actual edifício ficou construído, em 2008.

Presentemente, desde Janeiro de 2009 é a Câmara Municipal. Dado que, anteriormente, tinham sido já efectuados melhoramentos na transição da “Casa Grande” para Câmara Municipal, os ajustamentos foram mínimos.

Figura 21

ENTRADA PRINCIPAL DA CÂMARA MUNICIPAL

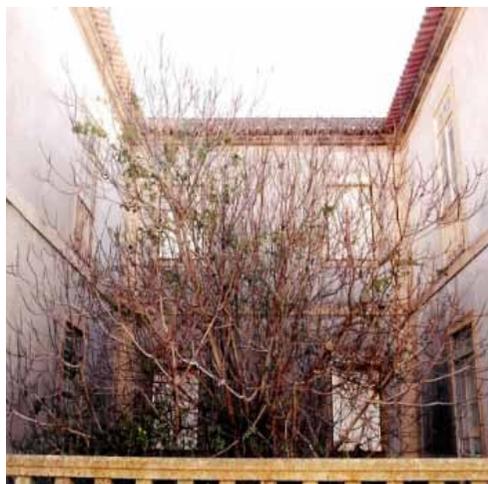


Figura 22

MELHORAMENTOS DA ESTRUTURA EXTERIOR



Foi construída uma nova entrada adaptada a “Casa Grande”, sem ser necessário alterar a estrutura do edifício., como se viu na figura 9 e 10.

Os compartimentos foram sempre mantidos ao longo destes anos, diversificando a sua função consoante o uso dado à “Casa Grande”. Com esta última função, a “Casa Grande” ou a casa do Júlio Pereira talvez caia no esquecimento isto porque, as pessoas mais novas associam o edifício a Câmara Municipal.

Conclusão

A elaboração deste trabalho, além de ser uma produção de conhecimento, foi também uma forma de enriquecer os conteúdos teóricos do tema estudado. Assim, poderá ser útil a todos os que se interessam pelo tema em questão, mais especificamente para àquelas pessoas às quais ele diz respeito: as pessoas que trabalharam na “Casa Grande”, os que ainda conviveram com a família Pereira, os que participaram nas actividades e finalmente, a todos os que pretendam relembrarem outros tempos.

A “Casa Grande”, ao longo dos tempos, foi utilizada em vários contextos. Começou por ser apreciada pela sua grandeza e tecnologia avançada que possuía, para aquela época para além de ser, também uma casa agrícola que empregava muitas pessoas nos diversos trabalhos. Depois foi considerada um local onde se “respirava” cultura devido às actividades que lá foram organizadas e ensaiadas. Quando a casa foi vendida, o novo proprietário Carlos Araújo e o seu sócio, integraram no rés-do-chão do edifício um supermercado que permaneceu até este ser vendido. Nos restantes dos pisos tiveram ainda lugar: um colégio privado, o hospital concelhio, escola, pólo escolar e por último, o actual edifício da Câmara Municipal.

As pessoas que participaram neste trabalho fazem questão de salientar que sentem “falta de um Dr. Faria”. Não só pela pessoa que ele era, e foi, para uma terra que ele adoptou como sua, como de todas as actividades que realizava. Naquele tempo, a vida para as famílias mais humildes não era fácil. No entanto, era com grande alegria que participavam em todas as actividades. A forma como é mais recordado, é nos cortejos de Carnaval. As suas contradanças eram “únicas”. É também recordado pela mobilização que conseguiu no cortejo de angariação de fundos para o hospital e antigo quartel dos Bombeiros. Foi um homem que marcou muito as pessoas.

Mas, com todas as utilizações que lhe foram dadas e passado estes anos, para as pessoas com mais idade continua a ser lembrada e recordada como a casa do Júlio Pereira - a “Casa Grande” e, posteriormente, a casa do Dr. Faria e da dona Mariazinha. Este lugar é assim recordado com uma certa nostalgia por aqueles que conviveram de perto com esta família. Apesar das dificuldades daquele tempo, as contradanças e todas as actividades culturais realizadas/ensaiadas na “Casa Grande” eram o momento de descontração para muitas pessoas fazendo-lhe esquecer, por momentos, as dificuldades do dia-a-dia...

Bibliografia

Alves, Vítor Fernando S. Simões (1992), “A República na Aldeia”, Revista Brigantia Vol. XII, N^o1, 155-162.

Baptista, Jacinto (1965), O cinco de Outubro, Lisboa, Arcádia.

Caria, Telmo (org.) (2003), “Experiência Etnográfica em Ciências Sociais”, Porto, Edições Afrontamento, 9-183.

Lopes, Francisco (2007), A 1^o República em Alfândega da Fé, Disponível online em <http://resistente.3e.com.pt/joomla/index.php?option=com_content&view=article&id=45&Itemid=6>, consultado em 25/02/10.

Lopes, Francisco (2010), A 1^o República em Alfândega da Fé – II, Disponível online em <http://resistente.3e.com.pt/joomla/index.php?option=com_content&view=article&id=103:a-1o-republica-em-alfandega-da-fe-ii&catid=21:novos-textos-do-site&Itemid=68>, consultado em 25/02/10.

Lopes, Francisco (2010), Manuel Vicente Faria, Disponível online em, <http://resistente.3e.com.pt/joomla/index.php?option=com_content&view=article&id=105&Itemid=69> consultado em 30/03/10.

Oliveira, Manuel (s/d), A revolução Republicana, Disponível online em, <<http://crdfanzeres.no.sapo.pt/republica.htm>>, consultado em 08/04/10.

Patrício, Ângelo Vítor (1992), “O 31 de Janeiro de 1891 na imprensa de Bragança”, Revista Brigantia, Vol. XII, N^o1, 175-179.

O’Neill, Brian (1984), Proprietários Lavradores e Jornaleiros, Lisboa, Publicações Dom Quixote.

Ribeiro, Fernando Bessa (1998), “Barcelos: república e religião”, Congresso Histórico e Cultural, 1-14.

Serrão, Joaquim Veríssimo (1989), História de Portugal, Volume XI A Primeira República (1910-1926), Historia Política, Religiosa, Militar e Ultramarina, Lisboa, Editorial Verbo.

Serrão, Joel e A. H. de Oliveira Marques (coord) (1991), Nova Historia de Portugal - Portugal - Da Monarquia para a República, Lisboa, Editorial Presença.

Silva, Lourdes (2010), Para a História da Traulitânia um voluntário da República na defesa de Mirandela, de João Baptista Vilares, Edição da Câmara Municipal de Alfândega da Fé.

Silva, Lourdes (2004), Os Serrões de Domingo em Sambade. Outra Escola. Outros Saberes, Maia, Publicação Autor.

Silva, Lourdes, Raul Silva (2003), Gentes sem terra, Terras sem gente – Transformações na sociedade rural do Concelho de Alfândega da Fé (1940/1970), Vila Real, Edição da Câmara Municipal de Alfândega da Fé.

Valente, Vasco Pulido (2004), O Poder e o Povo, Lisboa, Gradiva.

Vilares, João Baptista (1926), Monografia do Concelho de Alfândega da Fé, Porto, Edição da CMAF.

Wheeler, Douglas L. (1978), “A república Portuguesa e a História”. Disponível online em, <<http://analisesocial.ics.ul.pt/documentos/1223989532S4yRL1eb3Cn44CL5.pdf>>, consultado em 08/04/10.

Documentação do arquivo Municipal de Alfândega da Fé

Actas das sessões da Comissão Municipal Republicana De Alfândega da Fé (1905 a 1911)

Livro de Actas das sessões da Câmara, (1909 a 1914), N°17, (sessão de 20/10/1910)

Livro de Actas das sessões da Câmara, (1915 a 1917)

Livro de Actas das sessões da Câmara, (1918), N° 38 (sessão de 9/5/1918)

Livro de Actas das sessões da Câmara, (1920 a 1925)

Anexos I

INFORMAÇÃO SOBRE OS INFORMANTES



Nome: Manuel António Rego

Idade: 88

Estado Civil: Casado com dois filhos

Naturalidade: Alfândega da Fé

Profissão actual: Reformado

Profissão exercida na “Casa Grande”: criado de lavoura; andou com uma junta de bois a lavrar:

Ligação à “Casa Grande”: esteve sempre relacionado com a actividade agrícola, andou mais de 20 anos a trabalhar para esta família. O Dr. Faria e a esposa (Dona Leopoldina) foram padrinhos do seu casamento; ainda conheceu Júlio



Nome: Armando Augusto Almeida

Idade: 68

Estado Civil: Casado com dois filhos

Naturalidade: Alfândega da Fé

Profissão actual: Empresário

Profissão exercida na “Casa Grande”: não exerceu nenhuma profissão na “Casa Grande”

Ligação à “Casa Grande”: a sua ligação à casa foi porque se tornou grande amigo da família. Como era da idade do filho [Luizinho] do casal Faria, frequentou muito a casa. Depois ainda visitou a família em Lisboa, quando se deslocava à capital visitava-os frequentemente. Chegou a trazer o amigo Luisinho, quando este já era adulto de visita a Alfândega. Manteve sempre uma relação de amizade. Hoje em dia perdeu esse contacto, mas não deixa de guardar os momentos vividos naquela casa.



Nome: Maria Celeste Ferreira **Idade:** 75 **Estado Civil:** Viúva (os seus padrinhos de casamento, foram o Dr. Faria e a Dona Mariazinha, sendo posteriormente padrinhos de baptismo da sua filha)
Naturalidade: Penafiel **Profissão actual:** Reformada
Profissão exercida na “Casa Grande”: criada de interior (quarto e sala), ali trabalhando 4 anos.

Ligação à “Casa Grande”: Começou a trabalhar na “Casa Grande” com 15 anos. Ainda conheceu Júlio Pereira; ela foi trabalhar para lá em Setembro e ele morreu em Novembro. Nessa data, quem residia na casa era já a filha, (Dona Mariazinha). Celeste desempenhou o seu trabalho no interior da casa tendo como função tratar de tudo relativo ao - Luizinho: levá-lo e buscá-lo à escola, tratava das suas roupas de tudo que estivesse relacionado com ele. Outra das suas funções era criada de sala, isto é: zelava pela sala, limpava o pó, punha e levantava a mesa para o pequeno-almoço, para o almoço, lanche e jantar. As salas e os quartos estavam a seu cargo.



Nome: Maria Júlia Cordeiro **Idade:** 88 anos
Estado Civil: Viúva, com duas filhas; (Dr. Faria e a esposa foram os padrinhos de baptismo de uma das filhas)
Naturalidade: Alfândega da Fé
Profissão actual: Reformada
Profissão exercida na “Casa Grande”: A função era zelar pela “Casa Grande” para quando viessem estivesse tudo organizado. Quando estava toda a família, ela orientava as outras criadas.

Ligação à “Casa Grande”: O seu pai era aí feitor, quando foi para lá tinha dois anos. Esteve aí a trabalhar cerca de 40 anos. Quando foi para lá com o pai, a “Casa Grande” estava ainda, em construção. Quando casou, passou a ser ela e o marido as pessoas a cuidar da casa - “caseiros” - foi das últimas pessoas a abandonar a “Casa Grande”. Passaram-lhe uma procuração com plenos poderes para venderem os bens que restavam, dos quais fazia parte este imóvel.

Nome: Horácio Pires

Idade: 91 anos

Estado Civil: Viúvo. Com uma filha;

Naturalidade: Alfândega da Fé

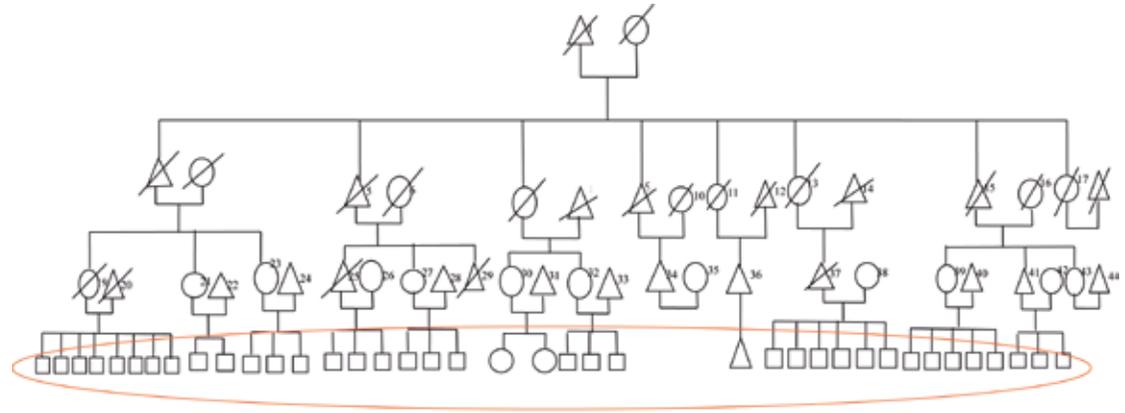
Profissão actual: Reformado

Profissão exercida na “Casa Grande”: não exerceu nenhuma função na “casa grande”

Ligação à “Casa Grande”: A ligação não foi à “Casa Grande” mas sim à família Pereira. A sua sogra era irmã da mulher de Júlio Pereira. Posteriormente também colaborou nas actividades realizadas pelo Dr. Faria.

Anexo II ÁRVORE GENEALÓGICA DA FAMÍLIA JÚLIO PEREIRA

○	Representa a mulher
△	Representa o homem
□	Indivíduo de sexo desconhecido
┌ =	Casamento (laço de união)
└	Germanidade (irmão) e Filiação
○ ou △	Indivíduo que faleceu



- 1 - Júlio Pereira
- 2 - Leopoldina
- 3 - António Manuel
- 4 - Ana Ferrão
- 5 - Horacio
- 6 - Maria de Lourdes
- 7 - Maria Conceição
- 8 - Abílio Lousada
- 9 - Júlio Manuel
- 10 - Manuela Fernandes
- 11 - Maria Leopoldina (D. Mariazinha)

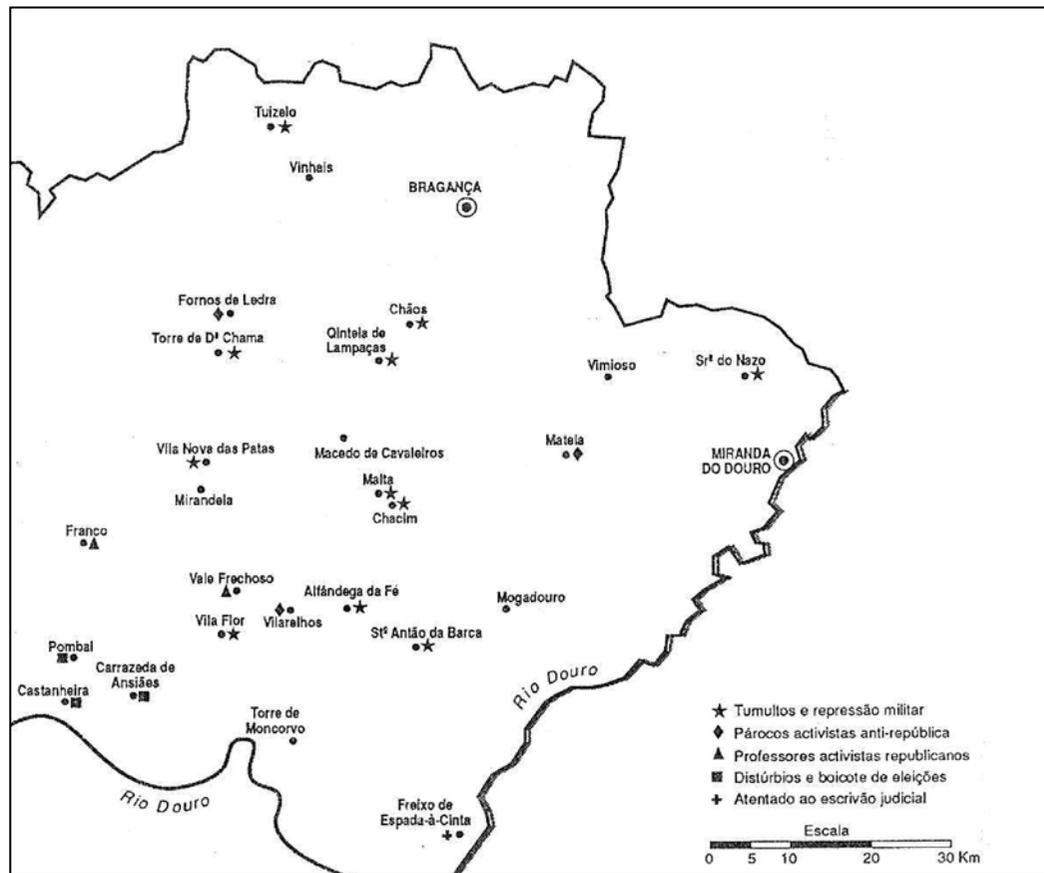
- 12 - Manuel Faria
- 13 - Maria Irene
- 14 - Abílio Lousada
- 15 - Manuel
- 16 - Maria Adelaide Ramalho
- 17 - Maria Cecília
- 18 - Carlos Biscaya
- 19 - Maria Leopoldina
- 20 - Vasco Nunes da Ponte
- 21 - Maria de Lourdes
- 22 - José Costa Bastos

- 23 - Maria Manuela
- 24 - Humberto Barahone de Lemos
- 25 - João Carlos
- 26 - Leonor Beja da Costa
- 27 - Maria Cecília (Gisá)
- 28 - Sérgio Teixeira de Queiróz
- 29 - Manuel Eduardo
- 30 - Maria da Graça
- 31 - António Gaspar
- 32 - Maria da Conceição (Bé)
- 33 - João António Martins

- 34 - Manuel Tomás
- 35 - Maria José
- 36 - Luís Manuel (Luisinho)
- 37 - Carlos Manuel
- 38 - Margarida Costa Macedo
- 39 - Maria Teresa
- 40 - João de Sousa Eiró
- 41 - Manuel
- 42 - Ana Maria Pedreira
- 43 - Maria Helena
- 44 - Félix Georg Weber

Anexo IV

MOVIMENTAÇÕES POPULARES E AGITAÇÕES REPUBLICANAS NO NORDESTE (1895-96)⁷



⁷ Fonte: Alves, Victor Fernando S. Simões (1992:162)

Anexos V

DOCUMENTO SOBRE ALTERAÇÃO DO MURO⁸

Atendendo ao facto da actual situação de
liberdade pela República Democrática do Brasil
atenta a República da Guiné-Bissau de
que se trata no presente de 1974
Reconhece-se a importância do trabalho de
cooperação que se tem vindo a desenvolver
entre os dois países e a necessidade de
estabelecer uma relação de amizade e
cooperação entre os dois povos
Reconhece-se a importância do trabalho de
cooperação que se tem vindo a desenvolver
entre os dois povos e a necessidade de
estabelecer uma relação de amizade e
cooperação entre os dois povos
Reconhece-se a importância do trabalho de
cooperação que se tem vindo a desenvolver
entre os dois povos e a necessidade de
estabelecer uma relação de amizade e
cooperação entre os dois povos

Em nome do povo da Guiné-Bissau
e em nome do povo do Brasil
Assinado em Bissau, a 24 de Fevereiro de 1974
Assinado em Brasília, a 24 de Fevereiro de 1974
Assinado em Bissau, a 24 de Fevereiro de 1974
Assinado em Brasília, a 24 de Fevereiro de 1974

⁸ Retirado do Livro de actas n.º 17
(24 de Fevereiro 1972)

Ficha Técnica

Título	A "CASA GRANDE"
Autor	Luísa Cortinhas
Fotografia	Luísa Cortinhas / Manuel Cordeiro Pereira e restante Família Pereira / Maria do Carmo Trigo / Maria Felicidade Ferreira / Maria da Conceição Trigo
Design e paginação	Equipa Técnica Exoterra
Tiragem	1000 Exemplares
Depósito Legal	335 810/11
Impressão e acabamento	Exoterra Lda. Reservado todos os direitos de acordo com a legislação em vigor
Edição	Associação de Desenvolvimento da Terra Quente Transmontana e Município de Alfandega da Fé 2011

